



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA**

**ANDRIJA OLIVEIRA ALMEIDA**

**VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UM  
OLHAR SOBRE AS EXPERIÊNCIAS DE VITIMIZAÇÃO INDIRETA DOS  
FAMILIARES**

**Salvador  
2012**

ANDRIJA OLIVEIRA ALMEIDA

**VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UM  
OLHAR SOBRE AS EXPERIÊNCIAS DE VITIMIZAÇÃO INDIRETA DOS  
FAMILIARES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva/ISC-UFBA como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde Comunitária.

Área de Concentração: Ciências Sociais em Saúde

Orientadora: Profa. Dra. Ceci Vilar Noronha

**Salvador  
2012**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária de Saúde,  
SIBI - UFBA.

A447 Almeida, Andrija Oliveira

Violência sexual contra crianças e adolescentes: um olhar sobre as experiências de vitimização indireta dos familiares/ Andrija Oliveira Almeida. – Salvador, 2012.

95 f.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Ceci Vilar Noronha

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Instituto de Saúde Coletiva, 2012.

1. Violência Sexual. 2. Violência Sexual - Crianças. 3. Violência Sexual - Adolescência. 4. Saúde. I. Noronha, Ceci Vilar. II. Universidade Federal da Bahia. III. Título.

CDU: 364-053.6

ANDRIJA OLIVEIRA ALMEIDA

VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E  
ADOLESCENTES: UM OLHAR SOBRE AS EXPERIÊNCIAS DE  
VITIMIZAÇÃO INDIRETA DOS FAMILIARES

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Saúde Comunitária, Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 19 de abril de 2012.

**Banca Examinadora**

Ceci Vilar Noronha – Orientadora \_\_\_\_\_  
Doutora em Saúde Pública pela Universidade Federal da Bahia.  
Universidade Federal da Bahia

Antonio Marcos Chaves \_\_\_\_\_  
Doutor em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo.  
Universidade Federal da Bahia

Edinilsa Ramos de Souza \_\_\_\_\_  
Doutora em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz  
Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública.

## AGRADECIMENTOS

À Ceci Vilar, minha orientadora, a postura sempre firme e delicada, a paciência, o incentivo e encorajamento, a generosidade intelectual, o trato afetivo, o exemplo.

À CAPES, o apoio financeiro à realização do mestrado através de bolsa de estudos concedida entre 2010 e 2012.

Aos meus professores no mestrado, o subsídio à minha formação profissional.

Aos colegas de turma, de maneira especial a Marieta Reis, Marina Pamponet, Bárbara Moura e Maria Clara Guimarães, os momentos de troca, amenidades e aprendizagens.

Aos funcionários do ISC, notadamente a Anunciação, Antonia, Marlos, Beatriz e Jacinéia, a atenção e acolhimento nas situações de contato com a burocracia acadêmica.

À Débora Cohim e Érica Coelho – Serviço VIVER; Waldemar Oliveira, Ana Cristina Santos, Érica Barduke, Maíra Bernardo e Rita Caldas – CEDECA, a receptividade e o aporte fundamentais à realização do trabalho de campo.

Aos professores Antônio Marcos Chaves e Lígia Rangel, por ter participado do exame de qualificação e contribuído para o aperfeiçoamento do trabalho.

Aos participantes da pesquisa, a confiança, o precioso tempo cedido do cotidiano de labuta, a disponibilidade da fala e o acesso a dimensões extremamente sensíveis de suas vidas.

Aos meus pais, Ivonete e Jaidí Almeida, o amor, o zelo e o suporte às minhas possibilidades de realização.

A Yuri Valverde, a sensibilidade, a cumplicidade, a leveza da presença.

A Gino Tapparelli e Tania Cordeiro, a amizade, a escuta atenta e as situações especiais de aprendizagem.

À Ana Clara Rebouças e Mirella Ribeiro, o carinho, a reciprocidade e a sutileza das interações.

À Suzana Dourado e Juliana Maltez, as tardes aprazíveis de discussão científica.

As pessoas mudam, e sorriem: mas, o  
sofrimento permanece.

T.S. Eliot

ALMEIDA, Andrija Oliveira. *Violência sexual contra crianças e adolescentes: um olhar sobre as experiências de vitimização indireta dos familiares*. 95 f. il.2012. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

## RESUMO

A pesquisa objetiva analisar aspectos tocantes às dimensões da vitimização indireta por violência sexual infanto-juvenil, buscando compreender os significados que familiares próximos de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual atribuem à experiência e aos efeitos do fato violento em suas vidas. O estudo insere-se na perspectiva qualitativa e, desse modo, utiliza a entrevista narrativa como principal ferramenta metodológica de coleta de dados. O trabalho de campo desenvolveu-se em duas unidades da rede de atenção à infância e à adolescência em Salvador, referenciadas no atendimento a vítimas de violência sexual. O universo dos sujeitos da pesquisa constituiu-se de catorze familiares de crianças e adolescentes que sofreram violência sexual. No presente estudo, as mulheres se apresentaram mais comumente nos serviços como as figuras representativas da parentalidade, da responsabilidade e do cuidado com os membros mais jovens da família, o que guarda relações com o contexto mais amplo no tocante à construção social em torno de papéis de gênero. O discurso êmico apresenta a experiência de familiares de vítimas de violência sexual infanto-juvenil como sendo marcada por intensa dor, sofrimento psicológico acentuado e confluência de emoções tais como desespero, negação, medo, sentimento de perda, culpa, vergonha e desejo de vingança. Observam-se ainda aspectos concernentes ao enquadramento coletivo da experiência de sofrimento e de vitimização indireta por episódios violentos, bem como a incidência de aspectos morais relacionados aos papéis de gênero (mormente, as expectativas culturais em torno da maternidade) enquanto componentes da experiência de dor e sofrimento acarretado por agressão sexual a um membro da família considerado imaturo e, ao mesmo tempo, como mecanismo geral e particular de tradução/ interpretação/ comunicação dessa dor. Além disso, o estudo evidencia que o sofrimento e as novas demandas oriundas da violência são vivenciados pelas pessoas em concomitância com os desafios ordinários da vida. Reconhecidamente, o fato violento produz consequências sociais e rupturas no ritmo habitual da existência destes sujeitos, ocasionando rompimento com o próprio eu e com a ordem do mundo da vida cotidiana, cujos desdobramentos e implicações reverberam no cuidado de si, na saúde, no mundo do trabalho e nas redes de referência e sociabilidade.

**Palavras-chave:** vitimização direta, vitimização indireta, violência sexual, infância e adolescência, cuidado à saúde

ALMEIDA, Andrija Oliveira. *Sexual violence against children and teenagers: a look into the indirect victimization of family members*. 95 pp. ill. 2012. Master Dissertation – Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

## ABSTRACT

The research aims at analyzing aspects related to the scope of the indirect victimization that occurs as consequence of acts of sexual violence against children and adolescents; attempting to understand the different meanings that family and relatives close to the child and teenage victims of sexual violence attach to the experience and effects of the violent act in their lives. The study is of qualitative perspective; and as such, has the use of narrative interviews as its main methodological tool for collecting data. The fieldwork was conducted in two units of the network for attention to children and teenagers in Salvador, referenced in the assistance to victims of sexual violence. The whole of the subjects of the research consists of fourteen family members of children and teenagers who have been subjected to sexual violence. In the study at hand, women appear more commonly in the role as parent figures and caretakers to the younger members of the family, which pertains to the more ample context of the social construct revolving around gender roles. The emic discourse presents the experience of family members of child and teenage victims of sexual violence as being marked by intense pain, accentuated psychological suffering and a mixing of emotions, such as despair, denial, fear, feelings of loss, guilt, shame, and feelings of revenge. It is also observed aspects concerning the collective framework of being indirectly subjected and victimized by violent acts, as well as moral aspects related to gender roles (particularly, as it relates to the cultural expectations concerning motherhood), inasmuch as being components in the experiencing of pain and suffering brought upon by the sexual assault against a member of the family deemed immature, and at the same time, as a mechanism for translating / interpreting / conveying such pain. Aside from what has been previously mentioned, the study shows evidence that, if on the one hand, the suffering and the new demands derived from the violence are experienced by people, along with the ordinary challenges of life; recognizably, the violent act produces social consequences and disruptions in the habitual rhythm of life for these subjects, bringing about a breakaway from one's own 'self' and from the world order of everyday life; the outcome and implications of which are reflected in the one's own care, health, work environment and networks of reference and sociability.

**Keywords:** direct victimization, indirect victimization, sexual violence, childhood and adolescence, health care.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	<b>13</b>
2.1	SITUANDO A DISCUSSÃO SOBRE VIOLÊNCIA.....	13
2.2	VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA INVENÇÃO CIVILIZATÓRIA OCIDENTAL.....	15
2.3	PROCESSOS E EXPERIÊNCIAS DE VITIMIZAÇÃO POR VIOLÊNCIA.....	21
<b>3</b>	<b>MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA</b> .....	<b>24</b>
3.1	AS ENTREVISTAS NARRATIVAS.....	24
3.2	ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DO <i>CORPUS</i> .....	27
3.3	SOBRE O DIZÍVEL E O INDIZÍVEL NA SALA DE ESPERA: NOTAS SOBRE IMPRESSÕES DE CAMPO.....	30
3.4	ASPECTOS E QUESTÕES ÉTICAS.....	32
<b>4</b>	<b>OS INTERLOCUTORES E “SEUS CASOS”</b> .....	<b>34</b>
4.1	OS EPISÓDIOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL: UMA RECONSTITUIÇÃO TIPOLOGICA.....	36
<b>5</b>	<b>CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS DA VIOLÊNCIA SEXUAL NA VIDA DOS FAMILIARES DAS VÍTIMAS</b> .....	<b>43</b>
5.1	O DOMÍNIO DO CUIDADO DE SI E DA SAÚDE.....	47
5.2	O DOMÍNIO DAS REDES DE REFERÊNCIA E SOCIABILIDADE .....	52
5.3	O DOMÍNIO DO MUNDO DO TRABALHO.....	59
<b>6</b>	<b>VITIMIZAÇÃO POR VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL: DOR, SOFRIMENTO E EMOÇÃO COMO MARCAS DA EXPERIÊNCIA DE FAMILIARES</b> .....	<b>61</b>
6.1	CULPA OU FALHA DA PROTEÇÃO.....	70
6.2	VERGONHA OU FALTA DE CREDIBILIDADE.....	71
6.3	NOJO OU FRONTEIRAS ENTRE O HUMANO E O ANIMALESCO.....	72
6.4	RAIVA E ÓDIO COMO EXPRESSÕES DO DESEJO DE VINGANÇA.....	73
6.5	MEDO OU POSSIBILIDADES DE CONTÁGIO DA VIOLÊNCIA.....	74
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>77</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>81</b>
	<b>APÊNDICES</b> .....	<b>87</b>
	<b>ANEXO</b> .....	<b>93</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, segundo informações do Ministério da Saúde (BRASIL, 2008a), a violência sexual foi a principal causa de atendimentos à infância e à adolescência nos serviços de referência de violências nos anos de 2006 e 2007. Neste período, dos 1.939 registros de violência contra crianças, 845 (44%) foram por violências sexuais; e, dos 2.370 registros de violência contra os adolescentes, 1.335 (56%) foram também por violências sexuais.

Em 2006 e 2007, também de acordo com dados do Ministério da Saúde (BRASIL, 2008b), as vítimas preferenciais de violência sexual foram mulheres entre 10 e 14 anos, agredidas em sua maioria no ambiente doméstico, por pessoas do seu próprio círculo de relações (amigos conhecidos, pai ou padrasto), totalizando 2.590 (88%) notificações.

Em 2010, o Ministério da Justiça através do Disque-Denúncia Nacional registrou 10.385 denúncias de abuso e exploração sexual infanto-juvenil. Neste mesmo ano, na Bahia foram denunciados 2.498 casos, representando 24% do conjunto de denúncias de crimes sexuais contra crianças e adolescentes no país.

Diante desta realidade, ao longo das últimas décadas, a criação de serviços especializados de atenção a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, bem como as transformações legislativas recentes com o escopo de tipificação de conduta e punição mais rigorosa aos agressores sexuais<sup>1</sup> podem ser consideradas como evidências do *status* de reconhecimento e legitimidade adquirido pela vítima direta e suas experiências de sofrimento.

É importante ressaltar que a vítima direta representa uma das facetas do complexo processo de vitimização por violência sexual. Em outra dimensão deste fenômeno estão situados os parentes ou pessoas próximas, ou seja, as vítimas indiretas do fato violento que, no plano sociocultural, inserem-se em mecanismos sociais geradores de invisibilidade pública e de naturalização das repercussões da violência em suas vidas.

---

<sup>1</sup>A Lei 12.010/2009 alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente. A Lei 12.015/2009 alterou o Título VI do Código Penal, introduzindo novos tipos penais incriminadores, promovendo a unificação de tipos antigos e modificando normas em geral. E também mudou o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Desse modo, considerando este contexto e as lacunas no conhecimento científico a respeito dos processos de vitimização indireta por violência sexual, é que propomos o presente estudo na tentativa de responder “Como os familiares de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual vivenciam o processo de vitimização e como reelaboram as consequências sociais deste fato?”.

A escolha do tema originou-se das nossas experiências no âmbito do Projeto “Sistema de Vigilância de Maus-tratos contra Crianças e Adolescentes em Salvador-BA”, coordenado pela professora Ceci Noronha e desenvolvido pelo LAVISS/ISC-UFBA em cooperação técnica com o Ministério da Saúde, combinadas às reflexões decorrentes da atuação no Fórum Comunitário de Combate à Violência junto a familiares de vítimas de homicídio protagonizados por policiais na capital baiana. Nestes projetos de pesquisa e intervenção estabeleci aproximações com as problemáticas relativas à proteção dos direitos da infância e adolescência, aos processos de vitimização de crianças e às experiências de vitimização indireta por crimes violentos.

Por outro lado, também se constituíram aspectos relevantes para a escolha do tema, a visibilidade midiática conferida aos crimes sexuais contra a infância e juventude e o reconhecimento da violência sexual contra crianças e adolescentes como problema social e de saúde pública, vinculado a um conjunto de relações de dominação de gênero e de geração a ser enfrentado pelo Estado e pela sociedade.

Para a realização do estudo, estabelecemos como objetivo geral “compreender os significados que familiares próximos de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual em Salvador atribuem à experiência e aos efeitos da vitimização em suas vidas”, que, por sua vez, foi desdobrado em dois objetivos específicos, quais sejam: a) analisar as consequências sociais da violência sexual contra crianças e adolescentes da perspectiva dos familiares, em situação de coabitação; e b) identificar percepções dos familiares de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual acerca dos impactos e agravos da vitimização indireta à saúde.

No que se refere aos aspectos metodológicos, privilegiou-se a entrevista narrativa como técnica de coleta de dados em campo e a análise temática de conteúdo como principal procedimento analítico. Assim, foram realizadas catorze entrevistas cujos interlocutores foram pais e mães de crianças e adolescentes vitimizados por violência sexual e que, durante o estudo, estavam sendo assistidos

do ponto de vista psicossocial e jurídico pelo CEDECA e pelo Serviço VIVER – instituições referenciadas no atendimento a pessoas em situação de violência sexual.

O trabalho está estruturado em cinco seções. Na primeira, apresentamos aspectos teóricos relativos à temática em foco, abordando concepções tocantes à violência sexual e à vitimização. Na segunda seção, descrevemos o delineamento metodológico da pesquisa, enfatizando as ferramentas de coleta e análise de dados, algumas considerações sobre o trabalho de campo e os procedimentos éticos adotados no estudo.

No terceiro capítulo, realizamos uma caracterização dos interlocutores, bem como uma reconstituição dos casos de violência sexual infanto-juvenil por eles vivenciados a partir da vitimização dos seus filhos ou filhas.

O quarto capítulo analisa algumas das consequências sociais produzidas pelo ato violento de natureza sexual na vida dos entrevistados, destacando o impacto sobre o cuidado de si e a saúde, sobre o domínio das redes de sociabilidade e sobre o mundo do trabalho.

No quinto capítulo, focalizamos dimensões da experiência de vitimização dos sujeitos, enfatizando, mormente as emoções enquanto recursos simbólicos norteadores dos processos de reconstrução do curso da vida e de criação de um novo senso de continuidade.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 SITUANDO A DISCUSSÃO ACERCA DA VIOLÊNCIA

Existem diversas construções teóricas explicativas da violência, não havendo consenso entre os pesquisadores acerca da problemática. Destarte, para os objetivos deste trabalho, optamos por apresentar sinteticamente uma das perspectivas no campo da saúde coletiva sobre a questão e, dentro das ciências sociais, pontos de vista teóricos da antropologia social brasileira, a partir dos modos de abordagem da violência elaborados por DaMatta (1982) e Velho (2000).

No campo da saúde coletiva, Minayo (1994) afirma que a temática da violência ganhou espaço no final da década de 1980, despontando como prioridade na agenda dos organismos internacionais do setor na década de 1990, com destaque para as pesquisas epidemiológicas sobre mortalidade, sobretudo devido ao aumento das mortes e traumas ocorridos por causas violentas.

Minayo (1994) ressalta a complexidade da questão definindo a violência enquanto fenômeno biopsicossocial, de natureza histórica, cujo espaço de origem e desenvolvimento é a própria sociedade. Além disso, a autora evidencia o aspecto multidimensional do fenômeno, apontando as faces política, econômica, moral, normativa, psicológica, das relações sociais e institucionais, e do plano individual como elementos constitutivos a serem considerados na análise da violência.

No Brasil, entre as interpretações antropológicas sobre a questão da violência e suas múltiplas facetas, é corrente a noção de que se trata de um componente dos sistemas sociais, portanto, consiste em um fenômeno social que assume formas singulares de acordo com as respectivas sociedades.

DaMatta(1984) analisa as raízes da violência no Brasil, a partir de um modelo dualista e da noção de “modernidade incompleta”<sup>2</sup>, considerando que , no caso brasileiro, o mundo social organizou-se a partir de múltiplas esferas separadas (*casa, rua e outro mundo*) e complementares entre si, fundamentadas numa complexa lógica relacional, na qual coexistem princípios igualitários e hierárquicos.

---

<sup>2</sup> Termo utilizado por Caldeira (2000, p.137).

Para o autor, em nosso contexto social, a violência constitui-se um recurso utilizado pelos indivíduos para subverter posições sociais e operar mudanças entre a *Casa* e a *Rua* e, neste sentido, “(...) serviria tanto para hierarquizar iguais quanto para igualar os diferentes. Seria também um mecanismo fundamental para juntar a lei com a amizade pessoal, a casa com a rua e este mundo com o outro” (DAMATTA, 1984, p.42).

A outra vertente explicativa no âmbito da antropologia brasileira é defendida por Velho (2000). Segundo o autor, violência consiste no uso agressivo da força física e na possibilidade ou ameaça de uso da força física de um indivíduo contra outro.

A ideia de “outro”, para Velho (2000), sugere que a alteridade é um componente da vida social sendo, concomitantemente, o alicerce e a fonte de conflitos na vida em sociedade. A alteridade permite a ocorrência de trocas e o funcionamento de sistemas de reciprocidade que possibilitam o relacionamento entre os diversos domínios do mundo social.

A construção destes sistemas de reciprocidade consiste em fenômeno sócio-histórico e as interações sociais encerram potencialidades de conflito de tal modo que “a impossibilidade de troca e de processos de reciprocidade pode gerar impasses e irrupções de *violência* dentro de grupos e sociedade ou entre eles” (VELHO, 2000, p. 11, grifo do autor).

Nas sociedades complexas, o processo de diferenciação por meio da divisão social do trabalho e da desigualdade social vinculada à consolidação dos valores individualistas afetou os sistemas de troca e reciprocidade, aumentando a possibilidade de conflito e da violência.

E, em se tratando de compreender a violência no Brasil, Velho (2000) ressalta como “característica-limite” da sociedade brasileira a coexistência de valores hierarquizantes e individualistas vinculada a uma ambiguidade tocante à ação estatal.

A associação entre a desigualdade social e o esvaziamento de conteúdos culturais éticos no sistema de relações sociais constitui, segundo Velho (2000), uma variável importante para a análise do crescimento da violência urbana entre nós. A modernização e o crescimento das cidades atingiram o sistema de valores e

relações sociais, ocasionando o rompimento de laços de solidariedade e de reciprocidade.

A este processo de mudança acresceu-se a difusão de valores individualistas combinada a uma perspectiva de mundo hierarquizante, o que acarretou o enfraquecimento de formas tradicionais de dominação, a queda das expectativas de reciprocidade e o incremento da rotinização da violência física nas esferas pública e privada.

Em consonância com esta perspectiva, podemos situar a violência sexual contra crianças e adolescentes como uma das formas violentas rotinizadas, sobretudo, no âmbito privado, na qual são ativados recursos hierárquicos de dominação de gênero e geração, bem como subvertidos determinados mecanismos de reciprocidade e solidariedade social norteadores do sistema de parentesco.

## 2.2 VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA INVENÇÃO CIVILIZATÓRIA OCIDENTAL

Segundo Ariès (1981), no processo civilizatório ocidental, a formação da família moderna está intimamente associada ao desenvolvimento histórico de concepções e sensibilidades relativas à infância, as quais passam a informar noções de maternidade e paternidade, bem como modelos de proteção e cuidado. Por outro lado, essa intensificação dos laços familiares concorreu para transformações socioculturais nos valores e concepções, na vida cotidiana e nas formas de relacionamento interpessoal:

A autoridade dos pais se deslocou, as distâncias afetivas se aproximaram. A presença da criança aumentou e, sobretudo, intensificou-se a ideia de sua fragilidade. A imagem do pai [...] fabricou uma outra confiança e uma outra familiaridade: o tema do pai que 'deixa de lado sua profissão para se dedicar à sua progeneratura' (VIGARELLO, 1998, p.83).

Neste sentido, observa-se nas sociedades europeias, a partir dos séculos XVII e XVIII, a "formulação sobre a particularidade da infância em relação ao mundo dos adultos, como o estabelecimento de uma cisão entre estas duas experiências sociais" (COHN, 2005, p.22).

Contudo, cabe ressaltar que, historicamente, estas mudanças não assumiram características homogêneas nos diversos contextos sociais e geográficos, pelo contrário, apresentaram uma pluralidade de significados e configurações. No entanto, a concepção de família nuclear patriarcal firmou-se como modelo predominante de relacionamento entre pais e filhos na realidade das civilizações ocidentais, impondo durante muito tempo formas específicas de sociabilidades e subjetividades.

Nesta perspectiva, a partir do século XIX, na Europa Ocidental, a intervenção do Estado através da justiça permitiu que alguns tipos de violência em família comessem a deixar de ser objeto exclusivo de conflito da esfera privada, principalmente casos relacionados à violência sexual contra a criança. Cabe ressaltar que, neste período, ainda são vigorosas as crenças na suspeição reiterada da 'mulher libertina' e na impossibilidade, inclusive do ponto de vista jurídico e médico, da ocorrência de estupro de uma mulher adulta por apenas um homem (GONÇALVES, 2003; VIGARELLO, 1998).

Anteriormente ao período oitocentista, o conhecimento da violência sexual contra a criança era tornado público pela família da vítima, sendo passível de ressarcimento ou retribuição financeira pelos danos causados à honra do grupo familiar. A substituição das punições cíveis pelas criminais só passam a figurar como recurso civilizatório no cenário público com o desenvolvimento paradoxal de valores coletivos relacionados à intimidade, à privacidade, à valorização da aflição psíquica e do sentimento de vergonha, que atualmente ainda "são elementos centrais do processo de reconhecimento e anúncio dos crimes sexuais" (GONÇALVES, 2003, p.81).

Nestes termos, o Estado passa a apropriar-se, a regular e a normalizar a intimidade dos sujeitos (Foucault, 2008; Giddens, 1993), além de lançar mão de mecanismos protetivos à infância, estabelecendo limites ao exercício do poder familiar através da aplicação de sanções aos genitores pelas práticas de sevícias contra os filhos.

Esta perspectiva punitiva vem sendo articulada, no Ocidente, a outras formas de controle social da intimidade (a exemplo da assistência) que permitem, concomitantemente, a redução dos custos da intervenção estatal e a ampliação da abrangência da vigilância (Foucault, 2009) sobre as relações familiares. No Brasil e

nos países centrais, os serviços públicos de saúde e de justiça têm assumido o papel de protagonistas na intervenção em situações de violência familiar.

Por outro lado, neste processo, as relações entre a intimidade e o controle social não estão dissociadas do aprofundamento contemporâneo da transição paradigmática em torno da ideia de criança como “sujeito de direitos” e da incorporação, nas relações familiares e institucionais, do cuidado como valor jurídico (PEREIRA, 2008).

Destarte, o reconhecimento social da vulnerabilidade de determinados atores no universo relacional da convivência familiar (crianças, mulheres e idosos), bem como o aumento da sensibilidade coletiva em torno de práticas violentas em família com destaque para os abusos de natureza sexual, de acordo com Landini (2005), só podem ser compreendidos se estabelecermos relações com processos longo-prazo em curso nas conformações sociais do Ocidente, com destaque para:

uma divisão de poderes mais igualitária entre os sexos; a construção da sexualidade como uma esfera social com valores e regras próprias; a dessacralização da família como único espaço de sexualidade legítima; a perda do controle da religião sobre a moralidade; o fortalecimento e organização do movimento feminista e do movimento pelos direitos da criança e do adolescente; o crescimento dos meios de comunicação de massa; as mudanças nas atribuições do Estado em relação à vida privada (LANDINI, 2005, p. 6).

Assim, a noção de violência sexual contra a criança começa a ser identificada no Ocidente, a partir do século XVIII, com a confluência de processos sociais complexos que envolvem, ao mesmo tempo, mudanças conceituais e no quadro de mentalidades, “revelando incidentalmente um novo conceito sobre a infância e uma sensibilidade mais aguda às agressões que ela sofre” (VIGARELLO, 1998, p.67).

Neste sentido, ressalta-se que há uma significativa renovação da sensibilidade criminal, bem como a presença de deslocamentos comportamentais acentuados, mormente acerca dos crimes sexuais, das mudanças nos padrões de aceitabilidade de determinados tipos de violência, da disseminação do sentimento coletivo de ‘profanação da vítima frágil’ e da ascensão da criança como marco simbólico imediato da vítima sexual (VIGARELLO, 1998; LANDINI, 2005).

Desse modo, estas transformações culturais proporcionaram a emergência do estupro de crianças como questão social e a consolidação, ao longo dos séculos, do sentimento de gravidade não só da violência sexual, mas de outras formas de maus-tratos perpetrados contra os infantes.

E, no decorrer do fim do século XVIII, o aguçamento da sensibilidade relativa à violência sexual, sobretudo ao estupro de crianças do sexo feminino, assume formas concretas na convergência entre as práticas jurídicas e a medicina legal na abordagem dos crimes sexuais. Segundo Vigarello (1998), embora isto não tenha representado o acesso a uma precisão pericial categórica, contribuiu significativamente para o melhor registro do estupro contra crianças, assim como para a renovação das provas materiais e para uma melhor condução do processo judicial pelo magistrado.

No entanto, o historiador francês destaca que as inflexões decorrentes desta revolução nos costumes e nas mentalidades ao longo do processo civilizatório ocidental expressaram-se, nomeadamente, em uma nova perspectiva – mais secularizada – do Direito que, através dos códigos penais setecentistas, deslocou “as referências do julgamento, substituindo o tema do pecado pelo do perigo físico e da ameaça social, apegando-se menos à blasfêmia do que ao risco para a comunidade” (VIGARELLO, 1998, p.92).

Em suma, para Vigarello (2008), nas conjunturas ocidentais modernas, as concepções de violência sexual contra crianças estão articuladas a mudanças culturais no campo das mentalidades e das sensibilidades sociojurídicas, que se ancoram no desenvolvimento histórico do conceito de infância, nas transformações da intimidade, dos modelos de convivência no espaço privado, no desenvolvimento das ciências, dos direitos individuais e na própria separação entre Estado moderno e religião.

Estas revoluções históricas culminaram, no século XX, em uma maior sensibilidade social “em relação ao crime sexual e a crimes contra a criança de forma mais ampla” (Landini, 2005, p.37), tornando-os mais visíveis e socialmente intoleráveis.

Na atualidade, o curso destas mudanças permite que a violência sexual seja concebida como problema social e de saúde pública cuja configuração inclui uma

diversidade de circunstâncias, contextos de ocorrência e formas de agressão e de crimes de natureza sexual que acarretam profundas consequências biopsicossociais para as suas vítimas.

No Brasil, porém, do ponto de vista teórico, observam-se nos estudos grandes divergências conceituais de modo que, alguns autores tais como Nepomuceno (1999) e Faleiros (2007), estabelecem distinções entre as categorias “violência sexual”, “exploração sexual”, “prostituição” e “abuso sexual”; enquanto outros, a exemplo de Landini (2005), consideram a “violência sexual” como uma categoria constituída em sua dimensão teórica por múltiplas facetas e modalidades de agressões e crimes sexuais.

Além disso, em nosso país, a maioria das pesquisas no âmbito deste campo temático tem tratado das causas e, mormente, das consequências do abuso sexual – uma das faces da violência sexual, entendido como “relacionamento interpessoal sexualizado, privado, de dominação perversa, geralmente mantido em silêncio e segredo” (Faleiros, 2007, p. 39) – para as vítimas diretas, ou seja, para as próprias crianças e adolescentes seviciados.

Neste sentido, de um modo geral, algumas investigações no campo da Psicologia apontam como causas principais dos abusos físicos e sexuais infanto-juvenis o acúmulo de riscos estruturais, sociais e as transformações na família; e, como consequência, aponta-se maior vulnerabilidade das vítimas de abuso a problemas psíquicos, comportamentais e de relacionamento.

A estes argumentos, acrescentam-se afirmações de que as consequências psíquicas do abuso sexual ultrapassam as decorridas do fato em si e se estendem aos efeitos do processo legal e seus desdobramentos. No entanto, de acordo com Aded *et al.* (2006), os dados disponíveis sobre a violência sexual no Brasil não focalizam o testemunho e a convivência com as vítimas. Esta assertiva fornece indícios de que há lacunas no conhecimento científico tocantes às repercussões da violência sexual sobre o entorno pessoal da vítima direta, ou seja, acerca dos processos de sofrimento e de vitimização indireta dos outros integrantes do grupo familiar.

Esta perspectiva é corroborada por Soares; Miranda; Borges (2006) em estudo sobre as vítimas ocultas da violência fatal na cidade do Rio de Janeiro. Para os

autores, estas vítimas indiretas da violência estão submetidas à vulnerabilidade, que é agravada, sobretudo, pelo processo de invisibilidade e naturalização dos impactos físicos, sociais e psicológicos decorrentes da violência sofridos por parentes ou pessoas próximas.

### 2.3 NOÇÕES E CONCEITOS RELATIVOS À VITIMIZAÇÃO

No Brasil, essa incorporação das diversas modalidades de violência interpessoal aos domínios da rotina da vida pública e privada e o incremento da criminalidade urbana são aspectos intimamente relacionados aos processos e às experiências de vitimização dos indivíduos na contemporaneidade.

A vitimização, conforme assinala Domínguez (2010), consiste no fenômeno por meio do qual uma pessoa, orientada por fatores individuais e socioculturais, sofre as consequências de um episódio traumático (não necessariamente delituoso) e vive tal experiência.

Não obstante, no âmbito específico deste trabalho serão abordados apenas eventos decorrentes de violência sexual infanto-juvenil e, em consequência disso, compreender-se-á vitimização como o conjunto de danos ou impactos ocasionados a um indivíduo por ação humana violadora de normas sociais cujo potencial traumático pode desencadear experiências negativas de vida, especialmente distintas daquelas decorrentes de outros traumas ou estresses relacionados a acidentes, adoecimentos e desastres naturais (FINKELHOR, 1997).

Estes impactos e consequências da vitimização criminal ou violenta sobre os sujeitos, para AuCoin e Beauchamp (2007), são informados por aspectos tais como classe social, gênero e faixa etária da vítima, história prévia de experiência violenta, visibilidade e percepção social do crime, presença ou ausência de ameaça por parte do agressor, nível de gravidade da violência ou crime sofrido, tipo de relação entre vítima e agressor.

Ainda partindo desta ideia de que o fato violento gera impactos, repercussões e distintos processos de vitimização (Domínguez, 2010; Zedner, 1994), busca-se estabelecer tipologias, destacando as diferenças entre as vítimas diretas (pessoas

expostas diretamente aos fatos traumáticos sujeitas a sofrer danos físicos, materiais ou psicológicos, conforme a natureza da violência ou crime) e as vítimas indiretas (indivíduos que, mesmo sem terem sido atingidas de modo direto por um fato violento, são por ele afetadas pessoalmente).

A partir dessa noção de vitimização indireta, evidencia-se a ideia de “contagiosidade” (Domínguez, 2010) dos efeitos do fato violento sobre os sujeitos e sobre o tecido social, permitindo, principalmente ampliar:

a compreensão do sofrimento gerado em decorrência do crime, tendo em vista que a violência perpetrada contra a vítima direta reverbera em outros contextos, atingindo, de forma diferenciada e difusa, outras pessoas que pertencem ao círculo de convivência da vítima direta e que podem também sofrer os efeitos da violência perpetrada (KAMIMURA, 2009, p.19).

Desse modo, para Domínguez (2010), podem tornar-se vítimas indiretas pessoas que estabelecem os mais diversos contatos com as vítimas diretas, não sendo necessariamente uma exigência que possuam laços consanguíneos, parentais ou afetivos. Nesta perspectiva, o autor ressalta que estudos recentes evidenciam a vitimização indireta de trabalhadores da saúde e da segurança pública profissionalmente envolvidos em episódios traumáticos ou violentos.

Porém, nesta pesquisa, a ênfase será nas experiências de vitimização indireta de familiares por violência sexual contra crianças e adolescentes perpetrada contra seus respectivos filhos ou filhas. Em relação a este aspecto, parte-se do pressuposto de que as experiências dos sujeitos podem estar envolvidas em redes complexas de relações de conflitualidade decorrentes, entre outros aspectos, do fato de, em muitos casos, os agressores e as vítimas diretas serem membros do mesmo grupo familiar.

Neste caso, a violência sexual encerra a subversão de modelos de paternidade e de maternidade; opera simbolizações relativas aos laços de parentesco que passam a vigorar em concomitância a comportamentos que os negam, gerando ambiguidades quanto aos papéis dos atores no interior da família; além de corresponder a violações de outras normas sociais, a exemplo da proibição do incesto e da interdição sexual do corpo infanto-juvenil, fatores estes que potencializam a dor e o sofrimento.

Por outro lado, os processos de vitimização por violência sexual infanto-juvenil estão inseridos em mecanismos paradoxais que envolvem, concomitantemente, o reconhecimento social da vítima direta e a invisibilidade pública (Costa, 2004) da vítima indireta, sendo este último um fenômeno que implica a exclusão e o desaparecimento intersubjetivo destes indivíduos:

Estamos acostumados a imaginar a violência e o crime de uma forma esquematizada em que o agressor atinge a vítima e o Estado intervém (seja representado pelo policial, delegado, promotor ou juiz); entretanto, pouco refletimos sobre outras pessoas atingidas pela violação. (KAMIMURA,2009,p.22).

Desse modo, no Brasil, enquanto uma tendência mais ordinária, tem-se o sofrimento da vítima direta de violência sexual infanto-juvenil reconhecido como socialmente legítimo e passível de intervenção do Estado seja por meios de recursos jurídicos e/ou terapêuticos e, neste sentido, a própria organização dos serviços e a produção de dados sobre esta modalidade violenta são indícios deste argumento.

Contudo, não obstante a vulnerabilidade e impactos do processo de vitimização a que estão sujeitas, as vítimas indiretas de violência sexual infanto-juvenil são vítimas ocultas porque “invisíveis para a sociedade e para o poder público” (Soares; Miranda; Borges, 2006, p.25) e, inclusive, para elas próprias, posto que os familiares de vítimas de crimes violentos tendem muitas vezes a não se reconhecer “como vítimas e sujeitos de direito” (KAMIMURA, 2009, p.23).

Dessa invisibilidade pública da vítima indireta pode-se depreender que há, no contexto brasileiro, práticas sociais institucionalizadas e discursos circulantes acerca das concepções de vítima e vitimização ainda centrados no binômio “vítima direta-agressor” característico do pensamento criminológico clássico, o que se configura um obstáculo à “ampliação da compreensão da vitimização provocada pela violência” (Schilling, 2002, p.6) em sua multidimensionalidade.

Aliado a este aspecto, a vítima indireta de violência sexual não encontra no tecido da cultura lugar de amparo para o seu sofrimento social e psíquico, ou seja, um cenário onde possa se projetar a si mesmo como um portador de sofrimento e encontrar uma “gramática social” capaz de tornar possíveis, inteligíveis,

interpretáveis e legítimas as dimensões da sua experiência de dor (NATOLI, 2002) e de vitimização.

Cabe pontuar que, neste trabalho, utilizamos como referência conceitual a noção de experiência formulada por Natoli (2002), para quem a experiência se configura um processo no qual conhecimento, sensibilidade e percepção se interpenetram na vivência subjetiva de um fato, acarretando uma espécie de circularidade entre estes elementos, cuja síntese resulta em um novo tipo de conhecimento do mundo e do próprio fato pelo indivíduo. Assim, nesta perspectiva o próprio sujeito, enquanto *self*, configura-se espaço objetivo de sua experiência.

### 3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

O estudo insere-se na abordagem qualitativa de pesquisa e teve como objetivo principal compreender aspectos tocantes ao universo de significados atribuídos por familiares, mormente genitores, à experiência de violência sexual por vitimização de criança ou adolescente de sua família. Nesta seção, pretende-se apresentar as opções metodológicas utilizadas no estudo, abordando as estratégias de coleta e análise de dados, bem como tecer algumas considerações acerca do trabalho de campo.

Relativamente aos procedimentos de coleta, o recurso à entrevista de natureza qualitativa figurou como principal ferramenta de geração de dados em campo. Para Gaskell (2004), a entrevista fornece informações essenciais para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os sujeitos e a sua situação social, de modo que “o emprego da entrevista qualitativa para mapear e compreender o mundo da vida dos respondentes é o ponto de entrada para o cientista social [...] compreender as narrativas dos atores” (GASKELL, 2004, p.65).

Em consonância com este ponto de vista, bem como considerando os objetivos do estudo e as especificidades do objeto de investigação, no vasto universo das técnicas qualitativas de entrevista, optamos pela entrevista narrativa por se configurar uma modalidade metodologicamente sensível à reconstrução de acontecimentos sociais e de experiências pessoais a partir da perspectiva dos atores (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2004).

#### 3.1 AS ENTREVISTAS NARRATIVAS

De acordo com Jovchelovitch e Bauer (2004), a entrevista narrativa consiste em um tipo de entrevista não estruturada e de profundidade que, a partir de um esquema gerador (tópico guia ou tópico inicial), recorre a recursos da comunicação cotidiana, como o contar e escutar histórias, a fim de que os sujeitos expressem suas próprias experiências. Neste sentido, na perspectiva dos autores, há recomendação diferencial da entrevista narrativa para investigações científicas que

abordem temáticas controversas e busquem relações entre a singularidade individual e a objetividade sociocultural:

histórias pessoais expressam contextos sociais e históricos mais amplos, e as narrativas produzidas pelos indivíduos são também constitutivas de fenômenos sócio-históricos específicos, nos quais as biografias se enraízam. (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2004, p.104).

Nestes termos, após uma etapa de aproximação com o campo temático do ponto de vista teórico e empírico<sup>3</sup>, foi elaborado e utilizado um roteiro (APÊNDICE A) para a realização das entrevistas narrativas com os familiares de vítimas de violência sexual infanto-juvenil, cuja estrutura apresenta três partes constitutivas básicas as quais incluem, respectivamente, informações gerais sobre a entrevista (local, data, duração), aspectos relativos à caracterização dos sujeitos e o tópico guia (tópico inicial) norteador da produção de discurso temático em torno da experiência de vitimização por violência sexual sofrida por um membro da família.

No estudo, a população base para o universo dos sujeitos entrevistados constituiu-se de genitores de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, assistidas em duas instituições da rede de atenção à infância e à adolescência na capital baiana, uma da rede pública e outra do terceiro setor, ambas referenciadas no atendimento a vítimas de violência sexual, quais sejam, respectivamente: a) o Serviço de Atenção a Pessoas em Situação de Violência Sexual (SERVIÇO VIVER)<sup>4</sup> e b) o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan (CEDECA/BA)<sup>5</sup>. Ressalta-se que, frente à natureza da temática tratada no estudo, estes espaços institucionais se configuraram estratégicos e essenciais para o

---

<sup>3</sup> A familiarização com o campo de pesquisa empírico ocorreu inicialmente no CEDECA, onde passei a visitar com certa frequência a partir de fevereiro de 2011, a fim de conhecer e aproximar-me dos profissionais e dos familiares de vítimas diretas de violência sexual.

<sup>4</sup> O Serviço de Atenção a Pessoas em Situação de Violência Sexual (Viver) foi criado em 2001, pela Secretaria da Segurança Pública do estado da Bahia, para prestar atendimento especializado de natureza psicossocial e jurídica a pessoas em situação de violência sexual. Disponível em: (Informações disponíveis em: < <http://www.ssp.ba.gov.br> >. Acesso em: 03.mar.2012).

<sup>5</sup> O Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan (CEDECA-BA) é uma organização não-governamental, fundada em 1991, que atua na proteção jurídico-social, na prevenção e no atendimento direto às crianças, adolescentes e seus familiares em situação de violência sexual e homicídios. (Informações disponíveis em: < <http://www.cedeca.org.br/pagina.cfm?pagina=1> >. Acesso em: 03.mar.2012).

acesso da pesquisadora aos entrevistados<sup>6</sup> e às suas narrativas concernentes a experiências de vitimização por violência sexual da sua filha/filho e a seus próprios sentimentos e atitudes frente a este fato. Buscou-se, então, compreender como e em que intensidade o ato violento ocorrido desencadeou mudanças no cotidiano da família.

Em geral, a entrevista era realizada após um primeiro contato com os então futuros participantes da pesquisa. Nesta oportunidade de aproximação inicial, comumente, contamos com o auxílio de uma informante-chave pertencente aos quadros funcionais das respectivas instituições (no VIVER, uma psicóloga; no CEDECA, uma assistente social e uma psicóloga) que protagonizava o ritual de apresentações interlocutor-pesquisadora. A partir deste momento, a responsabilidade pela condução do diálogo era nossa no sentido de explicitar os propósitos do estudo e tentar estabelecer certa empatia com os interlocutores.

Como desdobramento destas circunstâncias, fizemos dezesseis contatos e registramos duas recusas à realização de entrevista: uma explícita e uma que classificamos como tácita, posto que, não obstante a concordância verbal em participar da pesquisa, a informante mostrou-se, já no início da entrevista, muito incomodada, pouco à vontade e “coversacionalmente ‘não-cooperativa’” (GIDDENS, 2005, p.88). Assim, optamos por interromper a situação de entrevista, considerando o mal-estar da interlocutora e o próprio universo de sensibilidades que envolve a temática abordada. Neste sentido, Jovchelovitch e Bauer (2004) assinalam que a própria ausência de narrativas constitui um dado relevante na medida em que a recusa denota uma posição definida com relação aos fatos.

Outro aspecto metodológico a ser pontuado refere-se às condições de produção/recepção das narrações. Neste estudo, as narrativas dos sujeitos foram produzidas em situações interativas de entrevista envolvendo interlocutor-pesquisadora, sucedidas, em sua grande maioria<sup>7</sup>, no contexto institucional do Projeto VIVER e do CEDECA. As dependências das respectivas instituições se

---

<sup>6</sup> Em certo sentido, esta escolha metodológica já implica uma seleção no que se refere ao fato de os entrevistados serem pessoas que procuraram agências reparadoras diante da violência sofrida por seus filhos.

<sup>7</sup> Apenas uma das entrevistas não ocorreu nas dependências dos já referidos serviços de atenção. A entrevistada propôs que o encontro acontecesse em seu local de trabalho, onde conseguiu um espaço e conversamos reservadamente.

configuraram cenários privilegiados para a realização das entrevistas, sobretudo, em virtude da comodidade dos entrevistados, já que os encontros com a pesquisadora sempre coincidiram com os dias institucionalmente agendados para atendimento psicossocial ou jurídico à vítima direta. Em ambos os serviços, as entrevistas aconteceram em salas reservadas onde entrevistado(as) e entrevistadora puderam permanecer em privacidade durante o período de ocorrência do relato.

### 3.2 ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DO *CORPUS*

No que se refere à organização e análise dos dados, Gomes (2000) assinala que esta fase da pesquisa apresenta três finalidades básicas interdependentes e complementares entre si, quais sejam: a elaboração de uma compreensão dos dados coletados em campo; a resposta às questões da pesquisa em articulação com os seus pressupostos iniciais; e a ampliação do conhecimento acerca do objeto investigado.

Nesta perspectiva, a fim de elaborar interpretações acerca da realidade, o pesquisador deve operacionalizar a análise qualitativa, como assinala Minayo (2007), procedendo **à ordenação dos dados** (mapeamento do conjunto das informações coletadas na pesquisa), **à classificação dos dados** (elaboração de esquemas de codificação e desenvolvimento de tipologias) e, por fim, **à análise final** que corresponde à articulação entre categorias éticas e êmicas, à reconstituição das relações entre geral/particular, à reconstrução de significados e interpretações em consonância com os objetivos da pesquisa. Para tanto, faz-se necessário que os procedimentos analíticos e as técnicas de coleta utilizadas no estudo estejam em sintonia.

Nesta pesquisa, os recursos metodológicos de coleta/ análise de dados dos quais lançamos mão podem ser sumariamente ilustrados pelo quadro-síntese a seguir (Figura 1):

	DADOS		
	Técnica de geração	Tipo	Procedimento de análise
ABORDAGEM QUALITATIVA	Entrevista narrativa	Texto	Análise temática de conteúdo Etapa I : Transcrição Etapa II: Codificação/Categorização Etapa III: Interpretação/análise final

Figura 1 – Quadro-síntese de procedimentos metodológicos de coleta e análise dados utilizados no estudo

Dentro deste delineamento metodológico, não obstante a entrevista narrativa enquanto técnica de coleta se mostrar compatível com múltiplas perspectivas de análise, optou-se pela análise temática de conteúdo, levando-se em consideração a finalidade da pesquisa e o material empírico disponível. E, para fins de operacionalização deste procedimento, seguimos três etapas complementares e interdependentes, a saber:

1) **Transcrição do material gravado em áudio:** Todas as entrevistas foram gravadas com o consentimento dos participantes, sendo codificadas e separadas em catorze arquivos digitais que totalizaram aproximadamente dezenove horas de gravações. Esta primeira etapa da análise correspondeu à conversão em texto escrito dos discursos captados em áudio. Assim, todos os arquivos foram escutados a fim de que se detectassem possíveis problemas na gravação. Em seguida, a partir da segunda oitiva, procedeu-se às transcrições que, depois de concluídas, passaram por um processo de revisão para que fossem corrigidas eventuais distorções no convertimento do áudio em texto. Segundo Riessman (1993), no processo de pesquisa, a transcrição corresponde a um passo da análise e, mais ainda, a uma prática interpretativa de importância crucial no campo de abordagem da análise de narrativas, sobretudo por conta dos componentes para-linguísticos que compõem o registro discursivo da experiência (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2004).

II) **Codificação/Categorização:** Constituído o *corpus* de textos, após a transcrição das entrevistas, procedemos à leitura contínua e vertical de cada um dos arquivos, buscando levantar assuntos presentes nos discursos e constituir um esboço preliminar das áreas temáticas e das unidades de sentido, dispondo-as em Livro de Códigos. Em seguida, passamos à leitura horizontal do *corpus* de dados, a fim de localizar regularidades entre as narrativas e agrupar os textos conforme proximidade de sentido (Jovchelovitch; Bauer, 2004). Posteriormente, elaboramos palavras-chave que serviram de base para a categorização e subcategorização dos dados. Finalmente, estas categorias e subcategorias foram inseridas na versão final do Livro de Códigos como elementos norteadores da análise final.

III) **Interpretação/análise final:** Esta fase constitui-se, segundo Gomes (2000), a síntese interpretativa de aspectos que evidenciam o diálogo entre as narrativas singulares e o contexto sociocultural, bem como o movimento de intercâmbio entre o empírico e o teórico. Assim, na pesquisa, a partir dos discursos dos entrevistados, elegemos estruturas de relevância (Jovchelovitch; Bauer, 2004) e buscamos produzir interpretações acerca de sentidos atribuídos pelos sujeitos em torno da experiência decorrente de processos de vitimização por violência sexual infanto-juvenil na família. Neste sentido, como argumenta Riessman (1993), a análise e interpretação dos dados envolvem o pesquisador em uma série de conflitos na medida em que demanda decisões não apenas tocantes à forma, à ordem ou estilo da apresentação dos dados, mas, sobretudo no que diz respeito ao modo como os “fragmentos de vida oferecidos em entrevistas” serão abordados.

Destarte, em linhas gerais, foram estas as principais estratégias metodológicas seguidas no estudo. No entanto, cabe ressaltar que, de forma subsidiária, recorreremos a anotações de campo, mormente à descrição das situações de entrevista.

### 3.3 SOBRE O DIZÍVEL E O INDIZÍVEL NA SALA DE ESPERA: NOTAS SOBRE IMPRESSÕES DE CAMPO

As primeiras aproximações do campo ocorreram em fevereiro de 2011, com a finalidade de estabelecer contatos institucionais. No primeiro semestre de 2011, as visitas se concentraram no CEDECA, onde passei a frequentar ao menos duas vezes por semana, principalmente segundas e quintas-feiras, a fim de estreitar as relações com os sujeitos deste estudo. No VIVER, as visitas aconteceram a partir de julho de 2011, com idas mais atreladas à possibilidade de entrevistas – os contatos iniciais e o agendamento de situações de entrevista.

Em ambos os contextos de pesquisa, a atuação das informantes-chave se mostrou fundamental para a aquisição das senhas que dão acesso aos bastidores daqueles cenários e personagens com seus respectivos enredos e tramas (dramas). É interessante observar que nas primeiras aproximações do campo, aos olhos do “estrangeiro” são fornecidas pistas ambíguas, a um só tempo, óbvias e cifradas.

Neste particular, um exemplo ilustrativo é a tentativa do exercício de proximidade/distanciamento na relação com o objeto de estudo tomando como ponto de partida a sala de espera dos serviços. As nossas primeiras impressões dão conta de que, não obstante o estar ali e o frequentar aquela instituição seja um indicativo público do envolvimento dos sujeitos com um tipo específico de questão – a violência sexual, este dado parece se camuflar na própria apresentação física do espaço e nas dinâmicas interacionais.

Embora haja demonstração de certa camaradagem entre as pessoas, a violência sexual não é tópico da pauta das conversas informais travadas entre elas nas salas de espera: a violência urbana, o trânsito caótico da metrópole, a sensação térmica e as notícias das celebridades, por exemplo, assumem o posto de assuntos em foco. Por outro lado, há elementos que evidenciam não a ocorrência do fato violento, mas apontam no sentido da existência de vestígios que remontam à presença de crianças como frequentadoras daqueles espaços: são brinquedos, lápis de cor, desenhos impressos aguardando pintura, papéis rabiscados, peças mobiliárias à medida das crianças.

Desse modo, as pessoas sabem por que elas próprias e as outras estão ali, no entanto, não há menção explícita ao motivo. É como se houvesse uma regra tácita, etiqueta seguida por todos, quanto ao embargo do próprio sofrimento e do sofrimento alheio pela ativação discursiva dos “casos”, ao menos naquelas frações dos espaços institucionais.

Neste sentido, o abertamente dizível e o indizível nas antessalas dos serviços fornecem subsídios ao “estrangeiro em campo” acerca da natureza daquele estar e esperar dos sujeitos e dos sentidos atribuídos aos fatos que os fizeram chegar até o serviço. Conseguir atravessar a porta rumo aos espaços autorizados para a fala (e compartilhamento) do sofrimento, significa acesso a uma teia complexa de relações entre as experiências singulares dos sujeitos e o contexto social. E esta passagem, por vezes, foi mediada pelas profissionais.

Outras inferências acerca da temática em estudo tornaram-se possíveis a partir da antessala dos referidos espaços institucionais, a exemplo da presença feminina. Nestes espaços, elas são personagens muito recorrentes e em número maior que os homens. Do ponto de vista geracional, são crianças, adolescentes e adultas. Enquanto crianças e adolescentes do sexo feminino freqüentam os serviços na condição de vítimas de violência sexual em atendimento psicossocial; como adultas estão muito vinculadas à função do cuidado, seja como responsáveis (mães) ou profissionais do serviço.

### 3.4 ASPECTOS E QUESTÕES ÉTICAS

As questões éticas têm se constituído uma exigência a ser considerada pelo pesquisador na realização de trabalhos científicos, principalmente a partir da Resolução nº. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde que se apresenta como um instrumento de proteção aos direitos individuais à intimidade, à confidencialidade e ao sigilo na pesquisa.

Neste sentido, Schmidt (2008) assinala que os conhecimentos acumulados pela prática de pesquisas qualitativas apontam para a indicação de princípios capazes de nortear o pesquisador na condução do seu estudo e na reflexão sobre suas atitudes junto aos colaboradores e interlocutores.

Com respeito a estes aspectos, a autora destaca a imprescindibilidade dos seguintes preceitos éticos na relação entre pesquisador e informante: a) interlocução e diálogo; b) distribuição democrática dos lugares de escuta, fala e decisão; c) antevisão e preocupação com os possíveis efeitos prejudiciais à imagem pessoal e social dos sujeitos individuais ou coletivos; d) atribuição de créditos aos interlocutores; e, e) discussão sobre o sigilo e sobre as formas de divulgação de resultados.

Destarte, no que se refere à observância de normas éticas no desenvolvimento desta pesquisa, ressalta-se o cumprimento ao disposto na Resolução nº. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, o que incluiu a submissão do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Saúde Coletiva/UFBA (CEP- ISC/UFBA) a fim de que fossem apreciadas as questões pertinentes, bem como o uso do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)<sup>8</sup> para obter a adesão voluntária dos participantes ao estudo.

Aos responsáveis pelas instituições onde a investigação foi desenvolvida, encaminhou-se carta de apresentação da pesquisadora com pedido de anuência para o desenvolvimento do estudo (APÊNDICES C e D), anexando-se o projeto de pesquisa e suas indicações de análise e aprovação pelo CEP-ISC/UFBA<sup>9</sup>.

Além do consentimento institucional<sup>10</sup>, no decorrer do trabalho de campo, quando do primeiro contato com cada um dos possíveis participantes da pesquisa, procedeu-se à informação individual acerca dos propósitos, dos mecanismos utilizados para a proteção da sua identidade e intimidade, bem como da natureza da sua participação no estudo. Nesta circunstância, em caso de aceitação, as pessoas também foram consultadas quanto à possibilidade de as entrevistas serem gravadas.

No tocante ao fato de a pesquisa abordar temas potencialmente desencadeadores de mobilização emocional nos participantes, destaca-se que os próprios serviços onde a pesquisa foi desenvolvida constituem-se referência em atenção a vítimas de violência sexual e dispõem, em seus respectivos quadros funcionais, de psicólogos e assistentes sociais. Por outro lado, havia sido prevista,

---

<sup>8</sup> Apêndice B.

<sup>9</sup> Ver Anexo A.

<sup>10</sup> O consentimento para a realização do estudo foi comunicado informalmente à pesquisadora pelos respectivos representantes institucionais, não sendo fornecidos documentos formais de anuência.

se se fizesse necessária, a orientação aos entrevistados quanto aos recursos comunitários de atendimento psicossocial disponíveis na capital baiana.

Relativamente à divulgação dos resultados da pesquisa, cabe ressaltar que, em havendo interesse das instituições onde a pesquisa foi desenvolvida, serão apresentados em local, data e horário acordado prévia e conjuntamente, bem como de forma a ser definida por todos os envolvidos.

#### 4 OS INTERLOCUTORES E “SEUS CASOS”

Considerando a observância dos preceitos éticos, as especificidades da temática em tela neste trabalho e reconhecendo que os sujeitos estão imersos em uma teia complexa de relações sociais, neste capítulo pretendemos apresentar uma caracterização geral do grupo de interlocutores que constitui o universo do estudo, bem como expor uma tipologia dos eventos de violência sexual contra crianças e adolescentes reconstituídos na pesquisa a partir das falas destes entrevistados.

Desse modo, cabe salientar que participaram do estudo catorze interlocutores adultos, vinculados por laços de parentesco a crianças e adolescentes vitimizadas por violência sexual e assistidas pelo CEDECA e pelo SERVIÇO VIVER. Na primeira instituição realizamos cinco e, na segunda, nove entrevistas. Destes sujeitos, todos são genitores de vítimas diretas de violência sexual infanto-juvenil, sendo três homens e onze mulheres. São pessoas que, após a ocorrência do ato violento de natureza sexual com seu respectivo filho ou filha incorporaram às suas rotinas ao menos uma visita semanal aos respectivos serviços de atenção especializada.

Como se pode observar, há predominância de mulheres entre os participantes e isto pode ser explicado pela força das normas coletivas que, de um modo geral, não obstante algumas sensíveis mudanças, informam ao homem o lugar de provedor do grupo familiar e à mulher o papel de responsável pelo cuidado com os descendentes diretos (GONÇALVES, 2003; SARTI, 2009).

Ao longo da pesquisa foi observado o cuidado no sentido de manter o anonimato dos sujeitos<sup>11</sup> e ao mesmo tempo não desconsiderar o lugar social de onde produzem suas falas, diferenciando-as, sobretudo nos excertos ilustrativos dos achados da pesquisa, decidimos por imputar-lhes códigos numéricos, adotando a sequência em que as suas narrativas foram gravadas (Figura 2).

---

<sup>11</sup> Na escrita desse trabalho, a questão relativa ao anonimato dos entrevistados se impõe com cuidado redobrado, uma vez que o assunto remete a histórias muito peculiares cujos enredos e personagens podem proporcionar a identificação dos casos. Nesse sentido, foi necessário omitir elementos que julgamos serem capazes de viabilizar tal revelação. Cabe lembrar que algumas das histórias são descritas pelos sujeitos através das características mais expressivas assumidas pela violência na situação concreta. Desse modo, estas frações discursivas assumem o lugar de identidade do evento para um público mais amplo que o núcleo familiar. Por esta razão, o anonimato deve ser alargado, incorporando os aspectos relativos à representação dos casos no domínio social mais geral.

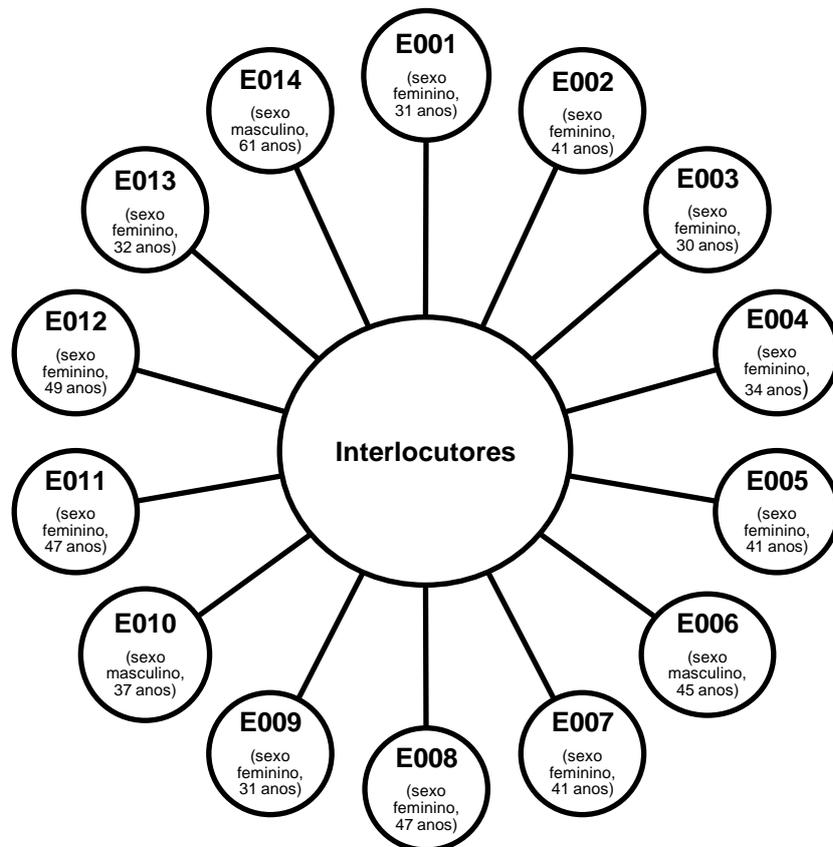


Figura 2 – Codificação atribuída aos interlocutores da pesquisa

Nesta perspectiva, alguns aspectos atinentes a informações sociodemográficas dos sujeitos da pesquisa serão abordados de forma mais genérica assumindo o grupo de interlocutores como referência.

Todos os participantes da pesquisa residem na capital baiana, exceto dois interlocutores cujos domicílios localizam-se em um município da Região Metropolitana de Salvador. No tocante à faixa etária, seis entrevistados têm idade entre 30 e 40 anos, sete possuem entre 40 e 50 anos e um tem mais de sessenta anos.

No que diz respeito à classificação cor/raça, partindo do critério de autodeclaração, cinco entrevistados consideraram-se negros, seis pardos e três brancos.

Relativamente ao nível de escolaridade, dois dos sujeitos de pesquisa disseram não ter frequentado instituições escolares, um cursou o ensino fundamental, nove concluíram o ensino médio e dois possuem nível superior.

A maior parte está inserida no mercado de trabalho<sup>12</sup>, atuando profissionalmente nas seguintes atividades<sup>13</sup>: a) Saúde humana e serviços sociais (2 pessoas); b) Construção (2 pessoas); c) Transporte, armazenagem e correio (1 pessoa); d) Atividades administrativas e serviços complementares ( 1 pessoa); e) Alojamento e alimentação (1 pessoa); f) Atividades relacionadas ao serviço doméstico remunerado ( 2 pessoas); Outras atividades de serviços ( 3 pessoas).

A partir do exposto, é possível fazer inferências acerca da posição dos entrevistados na sociedade e do pertencimento da maior parte deles às camadas sociais menos favorecidas. Faz-se necessário destacar que os segmentos populares são, por múltiplas razões, os mais presentes nos serviços públicos e, em se tratando especificamente de violência sexual contra crianças e adolescentes (embora este seja um problema vivenciado em todos os setores da sociedade), eles têm figurado como aqueles que, com mais frequência, remetem a questão à esfera pública.

#### 4.1 OS EPISÓDIOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL: UMA RECONSTITUIÇÃO TIPOLOGICA

É pertinente considerar que o contato com os interlocutores da pesquisa foi motivado pelas experiências por eles vivenciadas em torno dos episódios violentos de natureza sexual sofridos por seus respectivos filhos ou filhas.

A seguir apresentaremos uma tipologia elaborada a partir dos discursos narrativos dos sujeitos, na qual elegemos como critérios principais, sobretudo, o domínio social de ocorrência do ato violento (dentro ou fora do grupo familiar), a localização da vítima direta no ciclo de vida (criança ou adolescente) e a relação de parentesco entre agressor<sup>14</sup> e vítima direta:

- I. Violência sexual intrafamiliar contra criança do sexo masculino perpetrada por agressor adulto pertencente à família extensa na linhagem materna;

---

<sup>12</sup> Duas das informantes declararam-se “aposentada” e “dona de casa”, respectivamente, destacando não estarem inseridas no mercado de trabalho, quando da realização do estudo.

<sup>13</sup> Nas entrevistas, obtivemos informações acerca da ocupação dos sujeitos da pesquisa e categorizamo-las segundo a classificação de atividades laborais utilizada pelo IBGE.

<sup>14</sup> Todos os agressores são do sexo masculino.

- II. Violência sexual intrafamiliar contra criança ou adolescente do sexo feminino, perpetrada por mais de um agressor adulto integrante da família extensa na linhagem materna;
- III. Violência sexual intrafamiliar contra criança ou adolescente do sexo feminino, perpetrada por mais de um agressor adolescente membro da família extensa na linhagem paterna;
- IV. Violência sexual intrafamiliar contra criança do sexo feminino perpetrada por agressor adulto pertencente ao núcleo familiar<sup>15</sup>;
- V. Violência sexual intrafamiliar contra criança do sexo feminino protagonizada por agressor do núcleo familiar com lesões fatais à vítima direta;
- VI. Violência sexual intrafamiliar contra criança do sexo feminino perpetrada por agressor pertencente à família extensa resultante em gravidez da vítima direta;
- VII. Violência sexual extrafamiliar contra criança do sexo masculino perpetrada por agressor adolescente vinculado à rede de vizinhança;
- VIII. Violência sexual extrafamiliar contra criança do sexo masculino perpetrada por mais de um agressor (adolescente e adulto) vinculado à rede de vizinhança;
- IX. Violência sexual extrafamiliar contra criança do sexo feminino perpetrada por agressor adulto vinculado à rede de vizinhança.

---

<sup>15</sup> De acordo com Augè (2003), o núcleo familiar não se confunde com a família nuclear. O primeiro refere-se a um grupo concreto e sistema de papéis familiares e o segundo termo diz respeito a um tipo de família essencialmente constituída por um homem, esposa e filhos.

Assim, no universo da pesquisa, são estes episódios de violência sexual infanto-juvenil que orientam o espectro de experiências dos sujeitos. No entanto, cabe ressaltar que, entre estes tipos elencados, há maior recorrência de atos violentos de cunho sexual ocorridos no cenário intrafamiliar, envolvendo crianças do sexo feminino como vítimas e homens adultos a elas vinculados por laços de parentesco como agressores. Neste contexto, são protagonistas dos episódios violentos pais, padrastos, avós, tios e primos. Já no ambiente extrafamiliar, as agressões sexuais são de autoria de vizinhos adolescentes e adultos (Figura 3).

Nestes eventos, as relações assimétricas de gênero e de geração assumem destaque, revelando aspectos da dominação masculina e das relações de poder entre adultos e crianças em nossa sociedade.

Além destas questões, as ocorrências violentas de natureza sexual envolvendo crianças e adolescentes, sobretudo no domínio intrafamiliar, relatadas pelos interlocutores expõem práticas transgressoras do sistema de parentesco com destaque para violações à proibição do incesto.

Para Lévi-Strauss (2009), a proibição do incesto fundamenta-se no estabelecimento de um contrato sexual fundado em regras que, a um só tempo, proíbem e prescrevem parceiros sexuais dentro de um grupo social. Por outro lado, fundamenta-se em princípios de parentesco relacionados à filiação (tocante à formação e à organização interna do grupo de parentesco) e à aliança (organização externa de relações entre os diferentes grupos), os quais se configuram mecanismos constitutivos dos ciclos de reciprocidade social: “a proibição do incesto exprime a passagem do fato natural da consanguinidade ao fato cultural da aliança” (LÉVI-STRAUSS, 2009, p.68).

Neste sentido, os fatos violentos de cunho sexual contra crianças e adolescentes ocorridos no ambiente intrafamiliar descritos pelos sujeitos da pesquisa, constituem-se rupturas, nomeadamente com as convenções sociais relativas à filiação. Desse modo, nas situações em tela, constata-se supressão de valores sociais, deveres e obrigações morais relacionadas à posição social dos indivíduos no sistema de parentesco, principalmente no que diz respeito aos papéis e responsabilidades parentais.

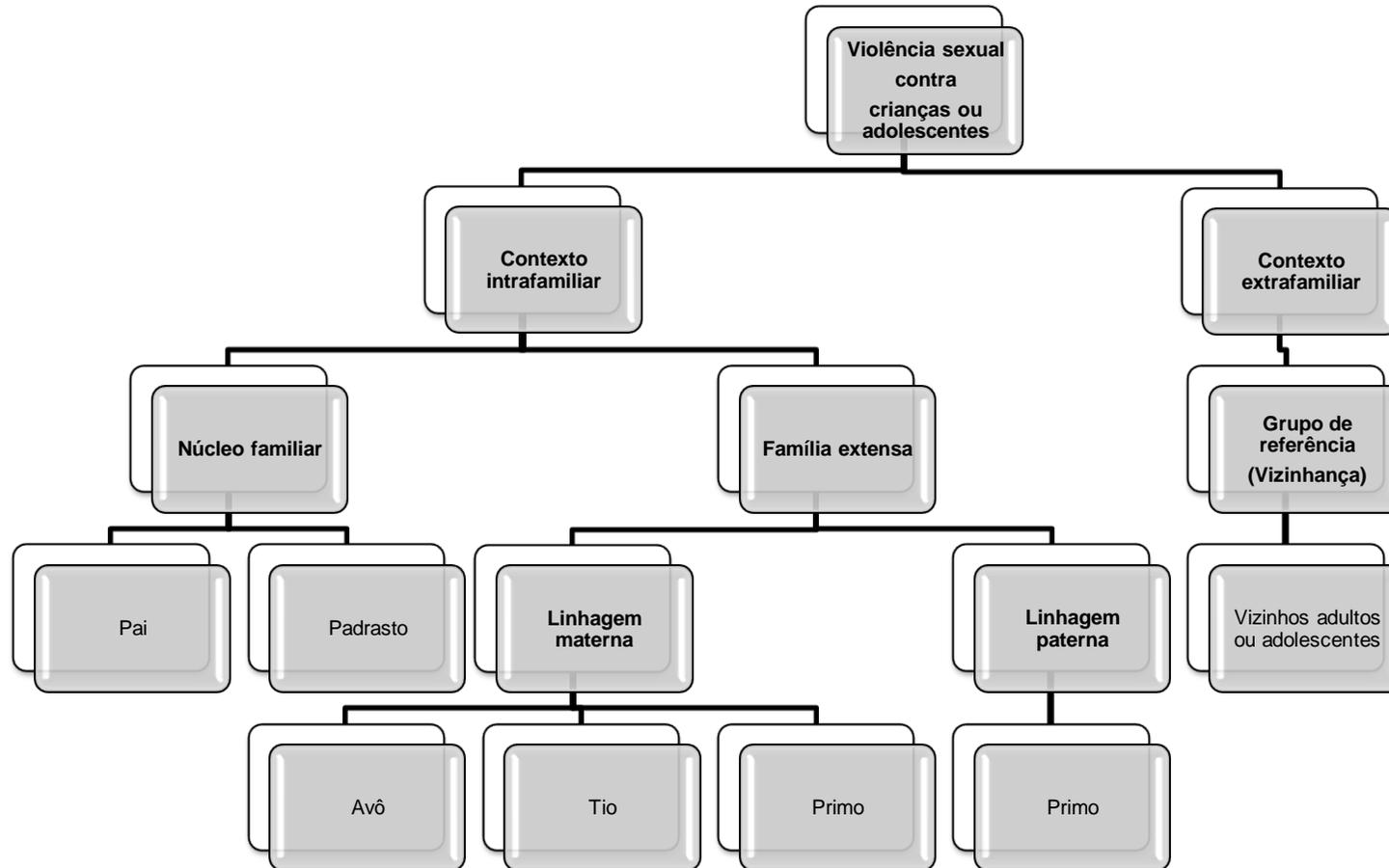


Figura 3 – Síntese de cenários e personagens envolvidos nos episódios de violência sexual reconstituídos na pesquisa a partir dos discursos dos entrevistados

Cabe destacar que, em nosso contexto, embora o incesto não figure como tipo penal, é possível observar no Código Penal Brasileiro prescrições penais que ilustram a relevância do sistema de parentesco e a expectativa social em torno da observância do dever do cuidado decorrente, sobretudo, dos vínculos de parentalidade e de autoridade sobre a vítima.

Nesta perspectiva, sobretudo no tocante aos crimes contra a dignidade sexual, além de proteção a vítimas vulneráveis nas quais se incluem crianças e adolescentes, observa-se no art. 226, II do Código Penal<sup>16</sup> a previsão de aumento de pena aplicável a agentes vinculados à vítima direta por laços de parentesco, sobretudo em ascendência.

Neste particular, quando inclui entre os parentes em ascendência personagens como o pai/mãe e padrasto/madrasta, a norma penal fundamenta-se em um entendimento de parentesco como relação social em que os vínculos parentais podem ser reais (o laço social estabelecido assenta-se num laço biológico de consanguinidade) ou por afinidade (laços fictícios, ou seja, socialmente convencionados).

Cabe ressaltar que ao sistema de parentesco corresponde um sistema de atitudes cujas “regras de comportamento são bem mais definidas para os parentes próximos que para os parentes afastados” (AUGÈ, 2003, p.51). São prescrições comportamentais socialmente informadas e aplicáveis também aos parentes por afinidade, a exemplo dos padrastos, inclusive no que diz respeito à distância, ao evitamento e à interdição sexual dos filhos por afinidade.

Na pesquisa, quando do relato dos casos, há referência pelos sujeitos à quebra deste sistema de comportamentos informativo das relações de parentesco que, em certo sentido, orienta-se por uma delimitação moral da noção de família na qual “dispor-se às obrigações morais é o que define a pertinência ao grupo familiar” (SARTI, 2009, p.85).

Esta faceta da expectativa em torno da observância de regras de comportamento e atitudes envolvendo os papéis parentais é mais fortemente evocada pelos interlocutores quando os personagens envolvidos na violência sexual

---

<sup>16</sup> “Art.226. A pena é aumentada: [...] II- de metade, se o agente é **ascendente, padrasto ou madrasta, tio, irmão**, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor ou empregador da vítima ou por qualquer outro título tem autoridade sobre ela.” (grifo nosso).

intrafamiliar são parentes da vítima direta em linha de ascendência, ou seja, pais, padrastos, tios e avós da vítima.

Neste estudo, nas situações em que os primos constituem os agentes da agressão é a dimensão do desrespeito às especificidades do ciclo de vida de um membro da família por outro membro da família – sobretudo da infância – que é ressaltado. Assim, a relação sexual entre primos nestes eventos foge aos critérios socialmente admitidos não em função do parentesco, mas, sobretudo porque fere a interdição sexual do corpo infantil e, neste sentido, atinge os laços de lealdade familiar e as expectativas de cuidado e proteção dos mais velhos do grupo para com as crianças.

Além de transgredir a proibição do incesto enquanto princípio da organização social e o sistema de reciprocidades e obrigações morais, a violência sexual infanto-juvenil intrafamiliar também significa no plano simbólico a supressão, pela via do contato sexual, das distinções histórica e culturalmente estabelecidas entre a condição de criança e de adulto. Nas circunstâncias violentas, de parceiros sexuais culturalmente proibidos, crianças e adolescentes são transformados, pelos agressores, em parceiros sexuais prescritos.

Acresce-se a estes aspectos relativos à ocorrência de ato violento de natureza sexual contra crianças e adolescentes no espaço das relações intrafamiliares, a dimensão que perpassa a configuração destes acontecimentos reconstituídos a partir dos relatos dos genitores é o transcurso temporal da tramitação no sistema de justiça criminal, bem como o prolongamento da atenção terapêutica também em virtude desse tempo institucional da justiça.

Neste sentido, na pesquisa, encontramos situações muito variadas relativamente às fases de apreciação jurídica e processamento criminal dos episódios pelo Estado, entretanto, todos os casos e as respectivas experiências dos genitores em torno deles trazem a marca do ritmo e do funcionamento do tempo institucional da justiça.

Outro elemento a ser destacado relativamente aos episódios de violência sexual infanto-juvenil contra seus filhos ou filhas descritos pelos interlocutores, diz respeito ao intervalo entre a revelação do fato e o tempo presente caracterizado pela

inserção de uma multiplicidade de demandas e transformações decorrentes do ato violento, que serão descritas e analisadas no próximo capítulo.

De acordo com os relatos dos entrevistados, a localização cronológica da ocorrência violenta é muito variável. Desse modo, assumindo como referência o ano de realização do trabalho de campo (2011), os casos relatados pelos interlocutores aconteceram (ou pelo menos foram revelados) há meses e há anos.

Nesta última categoria de marcação temporal, são mais recorrentes nos discursos o referimento aproximado a um, dois, quatro, seis, sete e doze anos decorridos entre a tomada de conhecimento do fato violento e a realização da entrevista. Esse aspecto fornece indícios do prolongamento temporal das reverberações geradas pelo fato violento de natureza sexual na vida dos sujeitos, sobretudo, porque o contato com os interlocutores se deu no âmbito de serviços de atenção psicossocial e jurídica.

Destarte, é neste complexo emaranhado de questões envolvendo os “casos concretos” de violência sexual contra crianças e adolescentes da família que as experiências dos interlocutores estão situadas e são vivenciadas por estes sujeitos.

## 5 CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL NA VIDA DOS FAMILIARES DE VÍTIMAS

A análise das entrevistas evidencia que a ocorrência de um fato violento de natureza sexual contra criança ou adolescente suscita novas demandas a serem vivenciadas e preenchidas por familiares próximos à vítima direta em concomitância com os desafios ordinários da vida. Este capítulo objetiva tratar de aspectos indicativos de consequências decorrentes de rupturas, descontinuidades e recomposições produzidas na vida de familiares de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

O tratamento proposto decorre da concordância com Becker (1998) no que diz respeito ao reconhecimento de que há eventos críticos que produzem rupturas no ritmo habitual da existência dos sujeitos ocasionando rompimento com o próprio eu e com a ordem do mundo da vida cotidiana. No caso da violência sexual infanto-juvenil, as implicações repercutem nas esferas individual e coletiva da vida dos familiares, mormente no que diz respeito a descontinuidades no cuidado de si, a impactos negativos na saúde, a tensões no universo do trabalho e à reconfiguração no plano das relações interpessoais a partir de movimentos de recomposição das redes de referência e sociabilidade (Figura 4).



**Figura 4** – Rupturas e repercussões sociais decorrentes da violência sexual infanto-juvenil na vida cotidiana de familiares de vítimas.

Becker (1998) assinala que os processos de ruptura são constitutivos da condição humana e estão associados a uma multiplicidade de fenômenos sejam eles naturais ou sociais. Para a autora, o contexto sociocultural e histórico informa o senso de ruptura provocado por determinados eventos críticos, potencializando-o e tornando-o mais intenso na experiência dos sujeitos. Esta perspectiva de análise é adequada para a interpretação da violência sexual contra crianças ou adolescentes pelo prisma desenvolvido nessa pesquisa. Este marcador crítico insere-se em uma teia de significações culturais na qual a experiência dos familiares de vítimas diretas é mediada por concepções coletivas relacionadas às redes de trocas e reciprocidade (nomeadamente o grupo familiar e a vizinhança), à infância, à saúde, à sexualidade, a noções de família e parentesco, às expectativas sociais referentes à maternidade, paternidade e conjugalidade e aos papéis de gênero.

Desse modo, a violência sexual contra crianças ou adolescentes envolve os familiares de vítimas diretas em processos de ruptura que atingem diversos níveis, dimensões e contextos da existência destes indivíduos, exigindo esforços permanentes de reconstrução da vida (Becker, 1998) e de restabelecimento do sentido de continuidade, que é orientado por um diálogo constante entre o individual e o coletivo.

De acordo com a autora citada acima, destacam-se como principais elementos dessa ruptura na ordem da vida o rompimento com o próprio eu, um período caracterizado por indefinições e ambivalências e uma fase de reorganização da vida a partir da mudança. Do discurso dos informantes é possível depreender indicações destes três elementos marcadores da ruptura causada pelo episódio de violência sexual contra a criança ou adolescente da família. Entretanto, cabe ressaltar que, de um modo geral, estes componentes se apresentam imbricados embora haja maior proeminência de um deles em cada uma das três circunstâncias a seguir:

l) **a ocasião da tomada de conhecimento do ato de violência** – é uma etapa marcada pelo impacto imediato da notícia e caracterizada por elementos que evidenciam maior ênfase no rompimento com o próprio eu:

Daí pra frente fiquei desnorteado, pareceno um doido... Eu tava pareceno um maluco... Depois, fui me recuperano... Até hoje eu não sou mais o homem que era. (E006)

Eu perdi o chão, perdi a noção. Eu não tenho assim nem o que explicar como foi... (EC001)

Nem eu entendo o que aconteceu. Eu fiquei assim aérea, porque era uma pessoa de confiança, era meu marido [o agressor]. Eu virei e não vi mais nada. Quando eu vim a si de novo, eu disse “Bora lá com ele, tem que ir lá. (E009)

**II) o período imediatamente posterior à revelação** – consiste em um momento no qual acrescida à quebra identitária, o sujeito implica-se numa tentativa de compreensão da ocorrência do fato violento mediada por um complexo de emoções e ambiguidades, que transita da negação e desespero à revolta e ao senso de vingança:

É muito duro depois que você descobre. É uma loucura! É um filme que passa em sua cabeça com revolta, com vontade de vingança e de fazer justiça com as próprias mãos. (E007)

Aí eu me vi naquela situação de desespero que a gente não imagina que vai passar, eu fiquei sem saber pra quem recorrer, pra quem pedir ajuda. Eu não tava querendo acreditar. (EC003)

**III) a fase de redefinição do fato violento** – há realce dos componentes de re-significação da ruptura e de perspectiva de reconstrução da vida, a partir de dimensões que compreendem o apoio, a proteção e o cuidado da vítima direta<sup>17</sup>; a reconfiguração das redes de referência e sociabilidade, a “luta por justiça” e a busca de um desfecho que culmine na responsabilização do(s) agressor(es):

Isso vai dar um fim dentro de mim no dia que disser assim “Ele vai pagar pelo que ele fez”. (E007)

Ele cortou a sorte de minha filha. Me conforta porque ele tá preso, tá pagano. Se tivesse solto, já tinha feito mais uma traieira dessa. Eu não posso dizer mais que eu tenho sede de matar ele. (E006)

---

<sup>17</sup> A proteção e os cuidados à vítima direta, sobretudo nos casos de incesto ou outras formas de violência sexual protagonizadas por membros da família extensa, estão intimamente relacionados ao desfazimento/recomposição de redes de referência familiar.

Relativamente a esta fase é importante apontar evidências encontradas no estudo de que o sofrimento dos familiares de vítimas diretas parece se dilatar no tempo, em extensão e profundidade, quando estas faces da reconstrução da vida, mormente ligadas aos cuidados da vítima e à punição do agressor são marcadas por entraves e obstáculos. Neste sentido, recorrentemente, observa-se nos relatos dos sujeitos um destaque à expectativa da atuação do sistema de justiça criminal no sentido da punição do agressor como uma condição essencial à reconstrução e reordenamento da vida.

Entretanto, este projeto de reorientação pressupõe o contato destas pessoas com o Estado por meio da burocracia do crime<sup>18</sup> (nos casos em tela a referente ao campo dos crimes contra a dignidade sexual), o que se constitui uma fonte aditiva de estresse, de angústia e de incertezas:

Os atendimentos nessas instituições são impessoais e distantes, guiados por procedimentos legais, justamente no momento em que os que vivem o trauma estão mais desorientados e sem elementos racionais seguros para se relacionar com estas instituições e seus códigos. (SOARES; MIRANDA; BORGES, 2006, p.164)

Além disso, o tratamento legal dos casos implica desde reiteradas visitas a órgãos públicos à necessidade de recontar o acontecimento a diversos atores e em diferentes agências do sistema, o que para as pessoas entrevistadas significa *reviver tudo nos detalhes*<sup>19</sup>, e não raras vezes, retroceder a fases mais intensas do sofrimento. Esta espécie de (re)visão contínua é condição para o pertencimento à esfera da burocracia jurídica, fundada na construção do discurso que substitui o ato criminoso quando da sua apreciação legal, não obstante o mal-estar causado pelo repetitivo retorno às circunstâncias dramáticas pela via do discurso. Entretanto, com base na fala dos entrevistados, a morosidade característica do

---

<sup>18</sup> Neste estudo, todos os casos de violência sexual sofridos por crianças e adolescentes e acessados por meio das entrevistas com familiares de vítimas diretas correspondem a crimes previstos na legislação penal brasileira.

<sup>19</sup> Expressão mencionada na fala da informante E003.

funcionamento do sistema de justiça criminal e a possibilidade de absolvição do agressor sexual são fatores mencionados como relevantes para o comprometimento do projeto de reconstrução da vida na medida em que retarda ou inviabiliza a “*closure* psicologicamente necessária” do caso. (SOARES, MIRANDA; BORGES, 2006).

Estas três circunstâncias anteriormente apresentadas (a ocasião da tomada de conhecimento do ato de violência, o período imediatamente posterior à revelação e a fase de redefinição do fato violento) são ilustrativas de como os elementos da ruptura inserida pela violência sexual infanto-juvenil na vida de familiares de vítimas diretas são vivenciados por estes sujeitos, tomando como referência pontos delimitadores da experiência a partir do conhecimento do fato violento.

Outra vertente alusiva da presença destes elementos de ruptura na vida cotidiana de familiares de vítimas diretas pode ser visualizada a partir da focalização de algumas consequências sociais, descontinuidades e reconstruções que incidiram nos domínios do cuidado de si e da saúde; das redes de referência e sociabilidade (família e vizinhança) e do mundo do trabalho.

## 5.1 O DOMÍNIO DO CUIDADO DE SI E DA SAÚDE

Em uma escala micro, a violência sexual produz impacto no âmbito da relação do indivíduo consigo próprio que, por sua vez, se constitui um ponto de intersecção entre a dinâmica da subjetividade biopsicológica e a da objetividade sociocultural (BRANDÃO, 2002). A ruptura concernente a este âmbito é observada na narrativa dos informantes quando apontam, como uma fase significativa e marcante da experiência, os períodos de suspensão de práticas sociais relacionadas ao cuidado com o corpo, uma das dimensões do cuidado de si em nossa cultura.

Segundo Foucault (1985), com o desenvolvimento do individualismo, o princípio do cuidado de si consolidou-se no processo civilizatório ocidental não apenas como uma preocupação, mas, sobretudo como prática social institucionalizada em que o individual e o coletivo se interconectam. Para o autor,

entre outras múltiplas facetas que constituem esta noção de cuidado de si, é possível destacar a que envolve um zelo e exige atividade laboriosa do indivíduo relativamente ao próprio corpo, aquela que corresponde ao conhecimento do corpo e a que requer um “cuidado com o cuidado que os outros devem ter consigo mesmos” (FOUCAULT, 1985, p.58).

Na experiência de familiares de vítimas diretas de violência sexual infanto-juvenil, a interrupção de práticas relacionadas aos cuidados físicos com o próprio corpo constitui uma espécie de bloqueio tocante à satisfação de determinadas necessidades básicas, se apresenta como uma das expressões da ruptura provocada pelo ato violento no domínio subjetivo, bem como informa acerca de modos socioculturais de expressão de sofrimento e de aflição:

Eu tava ficano barbudo, cabeludo, sujo pareceno – sem querer maltratar ninguém – aqueles mendigo que dorme na rua ... por causa da minha filha... Só queria beber, ficava usando droga – porque a verdade tem que ser dita mesmo – pra ver se eu esquecia, mas até o momento, eu não esqueci. Depois, botei a cabeça pra raciocinar e to botano a perder e não vou correr atrás do prejuízo certo. (EC006)

O pessoal pensou que eu tava até de AIDS, que eu emagreci mais de dez quilos, não só por não comer, mas era muito angustiados. (E012)

Eu emagreci uns quatro, cinco quilos porque passei mais de uma semana sem me alimentar. Eu um mês eu emagreci bastante porque não consegui me alimentar. (E007)

Eu sofri muito com ela. Eu ali dano apoio a ela e esquecia de mim. Ela não queria comer, eu forçano pra ela comer e eu não comia, não é? Não dormia. (E009)

Como se pode observar nos discursos, o projeto de reorientação do cotidiano e da retomada dos sentidos do *self* comporta muitas ambiguidades, como o desejo de esquecer tudo o que é próprio ao fato violento sofrido pelo ente querido. Nestes termos, envolvida em ambivalências, a dor provocada pode se constituir um alibi para adesão a comportamentos de risco (a exemplo do recurso ao álcool e a outras drogas) que, por sua vez, também comunica certo mal-estar.

Assim, entre os entrevistados, na fase da revelação, há uma tentativa deliberada de superação do sofrimento via negação dos fatos – um mecanismo

simbólico envolvido em contradições, na medida em que o episódio violento suplantou os limites do mundo privado e não pertence apenas à família e, além disso, é da sua afirmação, ou seja, do reconhecimento da existência e da veracidade da agressão sexual que se instaura o processo de rupturas.

Essa ruptura decorrente do ato violento impõe à experiência intersubjetiva um plano de vivência que inflige marcas e expressões do sofrimento no corpo tanto pela via da desestabilização na ordem das práticas de cuidado, quanto pela experimentação de perturbações físicas e emocionais atribuídas pelos interlocutores à ocorrência do evento violento e reconhecidas como modalidades de afetação e deterioração da saúde com o agravamento de antigos distúrbios ou do aparecimento de novos sintomas ou enfermidades.

A concepção de saúde presente no relato dos entrevistados é perpassada pelo binário físico/emocional, porém estas noções não se apresentam como excludentes, mas independentes ou complementares. Neste ponto de vista, as reações emocionais são representadas na narrativa êmica pela categoria “abalo psicológico” por meio da qual os elementos da ruptura suscitada pelo fato violento podem ser inferidos numa gradação de intensidade que varia, para os sujeitos, entre “abalos” que podem ser contornados por eles próprios até os que requerem a invocação e interferência de um saber especializado para restabelecer as bases do cuidado de si (FOUCAULT, 1985):

Ou a gente aprende a lidar com a situação pra manter o controle, pra que eu possa ajudar ela ou eu ia me deprimir e não ajudar ela. Então eu escolhi a opção de levantar a cabeça. (E003)

Eu nunca pensei que precisasse ir a um psiquiatra... Eu fiquei em depressão mesmo, muito forte... tudo depois do fato. Tomei remédio. (E002)

Destarte, se por um lado, o ato violento funda na vida destes familiares exigências extraordinárias relacionadas à proteção e ao cuidado da vítima direta que se sobrepõem às necessidades de atenção consigo próprias (ao menos na fase de conhecimento da ocorrência da violência); por outro lado, as possibilidades de reconstrução do eu e de restabelecimento do senso de continuidade da vida (Becker, 1998) neste domínio também se orientam numa perspectiva de esforço do

familiar no sentido de reconstituir dimensões atinentes à cultura de si (Foucault, 1985) para potencializar o cuidado da vítima direta sob sua responsabilidade.

Isso significa, para grande parte dos entrevistados, acessar o sistema público de saúde ou outros serviços públicos de atenção psicossocial e, não raramente, adentrar em outra teia de dificuldades referentes ao acesso e ao funcionamento destes serviços, principalmente os de saúde. Das narrativas dos familiares de vítimas, é possível depreender que as unidades do sistema de saúde são acionadas a partir das demandas motivadas por perturbações e mal-estares físicos, que são culturalmente concebidos como problemas de ordem médica.

Neste nível das reações e distúrbios físicos do corpo associados pelos familiares às consequências do acontecimento violento sobre a saúde, são mencionados principalmente problemas tais como hipertensão, tremores, dores no corpo, disfunção no sistema imunológico, desordens circulatórias e cardíacas, como ilustra a seguir alguns excertos discursivos (Figura 5):

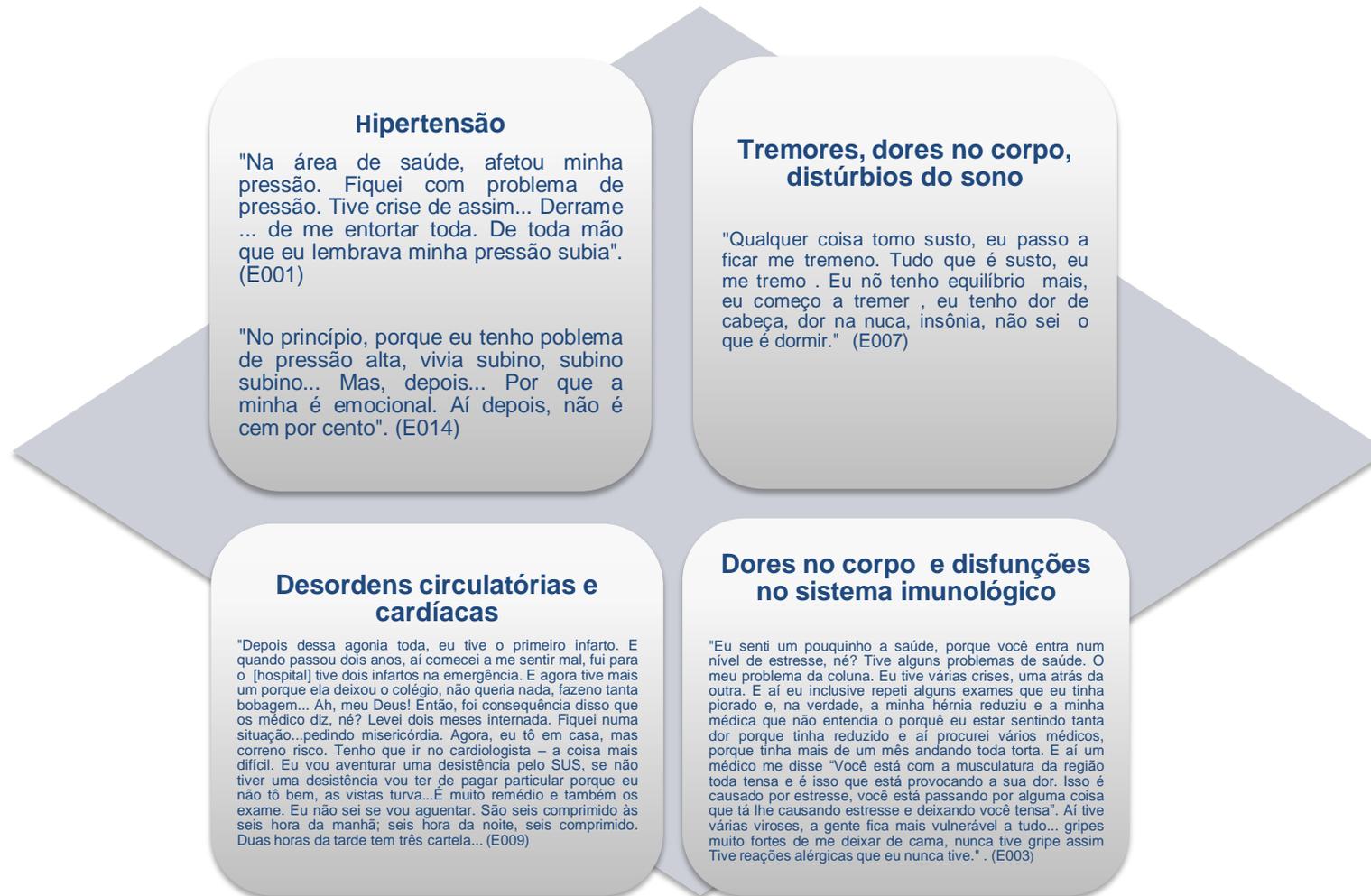


Figura 5 – Reações físico-corporais concebidas por familiares de vítimas diretas como consequências da violência sexual infanto-juvenil.

Desse modo, a partir do relato dos entrevistados, é possível depreender que as rupturas ocasionadas pelo fato violento geram repercussões na saúde de familiares de vítimas diretas de violência sexual infanto-juvenil, as quais são também vivenciadas como experiência ao nível do corpo através de reações físicas e emocionais<sup>20</sup>.

Outro aspecto a ser considerado diz respeito ao fato de que, ainda neste domínio do cuidado de si e da saúde, os sujeitos estabelecem analogias entre a violência e as concepções coletivas do adoecimento a partir do uso de expressões tais como *tratar*, *melhorar*, *melhoras*, que são aplicadas para se referir tanto a si próprio quanto à vítima direta: “eu comecei a me *tratar* com a psicóloga”, “foi aí que ela *melhorou*”, “eu comecei a ver *melhoras* nele”.

## 5.2 O DOMÍNIO DAS REDES DE REFERÊNCIA E SOCIABILIDADE

Outra das dimensões da vida social dos familiares de vítimas em que a violência sexual infanto-juvenil produz discontinuidades e reconfigurações é no campo das relações intersubjetivas, sobretudo as que dizem respeito às interações do indivíduo com suas redes de referência e sociabilidade, representadas nos discursos dos entrevistados pela família e pela vizinhança.

No âmbito da família, a ruptura de laços é motivada pelo pertencimento do agressor ao grupo familiar, seja ao núcleo central de convivência da vítima direta, seja à extensão horizontal do sistema de parentesco. Assim, quando o fato violento é protagonizado por membros da família, as relações tendem a se fragilizar e, na maior parte dos casos, a se romper.

Por outro lado, é importante assinalar que a intensidade destas rupturas inseridas pelo episódio violento na família é mediada pelos seguintes fatores<sup>21</sup>:

---

<sup>20</sup> Estes achados estão em consonância com os de outras pesquisas desenvolvidas em torno dos processos de vitimização indireta por homicídio no Rio de Janeiro (SOARES, MIRANDA; BORGES, 2006).

<sup>21</sup> Inspirados nos estudos de Odrizolay; Guerricaechevarría(2006) sobre vitimização infanto-juvenil por abuso sexual.

- a) **a própria natureza sexual da agressão:** neste aspecto, recai o peso dos valores sociais em torno da sexualidade e, principalmente, das prescrições culturais referentes à interdição sexual do corpo infanto-juvenil;
- b) **as características das vítimas diretas:** crianças ou adolescentes com as quais os sujeitos da pesquisa possuem uma relação social de parentesco e afetividade, também informada por concepções sociais acerca da infância e dos papéis previstos para os agentes de proteção;
- c) **o grau de relação entre agressor – vítima direta – entrevistado:** este, talvez, seja o ponto mais crítico e delicado que o fato violento atinge, porque concerne tanto à violação das relações de parentesco, o que significa em muitos dos casos, transgredir o tabu do incesto; quanto à invalidação dos mecanismos de confiança pessoal entre indivíduos que se configura “um importante componente de formação de identidade social na capacidade integrativa que ela manifesta” (LANIADO, 2001, p.236).

Desse modo, da análise dos relatos, é possível depreender que as rupturas decorrentes da violência sexual infanto-juvenil no âmbito familiar tendem a ser mais dramáticas e a tornar o sofrimento mais intenso quando o agressor é um membro do próprio grupo, posto que implicam rompimento/recomposição (interfaces constitutivas da reconstrução da vida) em esferas do próprio arranjo familiar, mormente aquelas relativas à parentalidade, à conjugalidade, ao campo econômico-financeiro e à dimensão dos afetos, que se apresenta como um elemento ambíguo e transversal da experiência:

Meu chão, meu mundo caiu sobre a minha cabeça, quando ela me contou tudo, eu não pensei duas vezes a não ser denunciar ele. Deixei tudo pra trás... só peguei minha filha e documento. Nem roupa peguei... Tive que sair de dentro de casa da noite para o dia [...] O que eu tinha, eu investi no apartamento. Eu fiquei sem nada, só com o salário. Não sou mais casada. [...] Saí de casa, arrumei minha vida, arrumei minhas coisas. Moro de aluguel hoje em dia. Tô vivo

com ela. Por um lado, eu livreii minha filha... Por outro lado é ruim, porque você fica só, você pensa o que você fez pela pessoa... Foi uma convivência... Eu vivo hoje em dia assim dor, sofrimento... porque eu sinto falta, gosto dele. É uma coisa que você fica perturbada. (E007)

Portanto, agrega complexidade ao processamento das rupturas, o fato de o agressor sexual infanto-juvenil ser um membro do grupo familiar e, como na maior parte dos casos deste estudo, pertencer ao núcleo central de convivência da vítima direta, estando a ela ligado por laços de parentesco consanguíneos ou civis<sup>22</sup> que pressupõem obrigações morais (SARTI, 2009) e delimitam os vínculos a serem estabelecidos pelos adultos relativamente às crianças (inclusive no que toca às normas sociais respeitantes ao comportamento sexual).

Assim, o rompimento das relações intrafamiliares pode incidir tanto sobre o núcleo central de convivência da vítima direta (quando o pai biológico ou o padrasto<sup>23</sup> figuram como agressores) quanto se estender verticalmente à parentela da linhagem materna ou paterna (avós, tios, primos), conforme a vinculação do agressor. Em ambos os casos, na perspectiva dos sujeitos da pesquisa, o grupo familiar é reconfigurado pelo(s) genitor(es) protagonista(s) do apoio após a revelação do ato de violência, a partir do desligamento do agressor sexual do campo de interações imediatas da vítima direta. Isso é viabilizado com o recurso a estratégias de apagamento e exclusão de determinadas relações de parentesco às quais se imputa o não cumprimento de obrigações morais, social e individualmente esperadas:

Minha família ficou toda contra mim, minha mãe... porque todos eles achavam que eu tava mentindo, que meu irmão se você ver ele hoje aqui, você não diz... era casado ... é muito de fazer amigos. [...] Então, minha mãe ficou contra mim, meus irmãos. Só tenho uma irmã e dois irmãos que ficou do meu lado, acreditou em mim. Eu hoje não tenho mais contato com minha família. Nenhum. Então, minha família toda ficou contra mim porque acreditaram nele. Nem meu pai,

---

<sup>22</sup> De acordo com Augè (2003, p. 14), “o parentesco é uma relação social; nunca coincide completamente com a consaguinidade, quer dizer, com o parentesco biológico”.

<sup>23</sup> Não tivemos acesso a casos de violência sexual infanto-juvenil, ocorridos no âmbito do núcleo central de convivência familiar, em que mulheres figuraram como agressoras e meninos como vítimas.

nem minha mãe nem meus outros irmãos nunca chegou para mim e disse “conte sua versão”, sabe? (E012)

Com a família dele, não existe família. Inclusive dos meninos, eles não têm parente. Não fizeram questão de acompanhar os menino em nada mais, nem estudo, nem dá um ‘alô’ pra saber como está. E, ao menos meus filho, eles sonham em encontrar os primos, em passear, em conversar. Quando eu me casei, a gente vivia mais com a família dele [marido e agressor]. Então, eles perderam esse laço todinho. E a família que eles têm é a minha família, família da mãe. A família do pai eles perderam. (E002)

As narrativas dos sujeitos entrevistados são ilustrativas de que as rupturas motivadas pela violência sexual infanto-juvenil intrafamiliar recaem não somente sobre a vítima direta como também sobre outros membros do grupo em linha horizontal e vertical de parentesco. Neste sentido, as dimensões de reconstrução da vida após o episódio de violência incluem o desfazimento e a recomposição de relações familiares, bem como o reordenamento das teias de reciprocidade e confiança pessoal/interindividual constitutivas da sociabilidade nos grupos primários. Esse processo é ambíguo e contraditório porque pode demandar, não raras vezes, a remoção – do âmbito de convivência do arranjo familiar antigo e do reconstruído em decorrência do ato violento – de uma parte da parentela, o que sugere um acúmulo de ônus social de natureza econômica e de natureza afetiva na vida dos sujeitos.

Outra face das rupturas no grupo familiar a ser destacada refere-se aos rompimentos e disputas instaurados entre pais biológicos da vítima direta, os quais já não mais mantinham vínculos de conjugalidade, porém cultivavam relacionamento amistoso antes da ocorrência do episódio violento. O ponto crítico motivador dos conflitos e do corte no fluxo das relações entre os pais biológicos gira em torno do protagonista da agressão sexual contra a criança ou adolescente da família: o padrasto. Para os informantes, esse dado suscita descontinuidades no âmbito das relações entre os genitores da vítima direta, bem como parece constituir elemento motivador de litígios judiciais em torno da guarda da criança vitimizada:

Não tenho uma aproximação com a mãe de minha filha mais por conta desse fato. Porque na verdade hoje a gente não pode crucificar ninguém, mas ela tem uma culpa no cartório [sic] Eu criei mágoa... eu

não falo com ela não. Mas, com ela eu não quero nem...Eu ir até ela, eu quero é prova! Não quero nem meia com ela. Eu tô fazeno de tudo para não ter comunicação com essa criatura. (E006)

Depois que isso aconteceu, ele... O pai dela mudou. O pai dela quer tirar ela de mim. Pelo fato disso aí, o pai dela quer tirar ela de mim. Tá na justiça, que ele quer tomar ela de mim. No começo, ele falava "você não é culpada". Mas, agora, não sei por que, ele quer a guarda dela. A gente era amigo. Hoje em dia, ele nem fala comigo. (E007)

No entanto, podemos observar um movimento simetricamente oposto à dissipação das relações familiares antes ilustradas, em situações nas quais o agressor sexual não pertence ao domínio da família nuclear ou extensa da vítima direta. Assim, observa-se um movimento na direção do fortalecimento dos laços familiares e da configuração de um esquema de apoio àquela parcela da família diretamente acometida pelo fato violento de natureza sexual. Entretanto, com o decurso do tempo, cabe ressaltar que esse apoio tende a se tornar mais simbólico e é do núcleo central atingido a carga das demandas e providências concretas oriundas da violência, a exemplo das reorientações do curso ordinário da vida em virtude da priorização dos cuidados com a vítima direta (sobretudo, os de ordem psicossocial) e das necessidades de atenção a problemas de saúde dos genitores que, conforme os relatos, são agravados pelo (ou decorrentes do) acontecimento violento.

Ainda neste plano das redes de referência, é recorrente a menção de alguns informantes a desgastes e desestruturas, suscitadas pelo acontecimento violento de natureza sexual contra criança ou adolescente da família, no campo da sociabilidade e das relações interpessoais no bairro onde vivem, nomeadamente, nos limites espaciais e simbólicos da vizinhança.

Nas camadas populares, essa zona de interações ao nível microsocial é marcada por ambivalências e perpassada pela possibilidade de construção de laços de confiança e solidariedade ao redor dos afazeres domésticos e do cuidado com as crianças, principalmente entre as mulheres (SARTI, 2009). Dessa forma, consolidados os vínculos de confiança com os vizinhos, a estes se estendem as obrigações morais de reciprocidade que também caracterizam as relações de

parentesco, de tal modo que o pertencimento do agressor à rede vicinal pode significar cisão de vínculos pessoais e afetivos dirigida a uma unidade específica de vizinhança ou, a depender do grau de apoio dos vizinhos ao agressor, extensiva a todo o entorno:

Minha vizinhança... Assim, me afastei totalmente. Não converso nada com ninguém, só saio mesmo pra comprar um pão e tudo. Entrei no mercado, comprei, saí. Pronto. Não converso com vizinho nem do lado direito nem do lado esquerdo. (E010)

Em bases morais também se fundam as expectativas relacionadas aos níveis de apoio, por exemplo, em circunstâncias como a ocorrência de um fato violento intra ou extrafamiliar de natureza sexual contra uma criança ou adolescente inserido nesta rede vicinal de sociabilidade. Nestes termos, para algumas das mulheres entrevistadas, as manifestações de vizinhos que a princípio são indicativos de solidariedade e confiança – porque portam informações essenciais para a tomada de conhecimento do ato de violência – se mostram insuficientes na etapa posterior à revelação, ou seja, o momento de inserção do caso no mundo institucional-legal coincide com a descontinuidade do apoio.

A pessoa que me contou [vizinha] não quis ser testemunha. Não foi dar testemunho até hoje. (E007)

É como se fosse estabelecido pelos vizinhos um limite simbólico de solidariedade a partir de estratégias que não os impliquem demasiadamente no caso alheio, a ponto de submetê-los aos encargos sociais provenientes do contato com as agências do sistema de justiça criminal ou de comprometê-los do ponto de vista das interações locais com os pares ou com outros membros da família da vítima direta. Esta expressão do apoio dos vizinhos que, de certo modo, é informada pelo contexto social mais amplo, ressoa na experiência dos pais e/ou mães de vítimas diretas de violência sexual infanto-juvenil como um indício de afrouxamento dos laços de reciprocidade que permeiam as relações de vizinhança, bem como de isolamento pessoal frente ao episódio violento e suas consequências.

Além disso, a partir do exame dos discursos dos entrevistados, é possível inferir que as descontinuidades produzidas pelo fato violento nas relações destes

indivíduos com as redes de vizinhança à qual pertencem também são informadas por um sentimento de desconfiança e de medo generalizado (da revitimização da criança), que opera como um excludente simbólico de fontes potenciais de ameaça à criança:

Mas prefiro ele só do que com... assim uma pessoa estranha. Era pior... Hoje em dia até tem umas pessoa assim que eu confio, né? Mas, é uma vez na vida que eu preciso. São pessoas que eu assim ... nasci e me criei ali com aquela pessoa, mas... (E001)

Medo, não confio... não deixo ... se tiver muita gente assim menino, homem, tio, não deixo. Tem que estar perto de mim, da minha irmã, da minha cunhada. Não deixo. (E007)

Desse modo, observa-se que em um primeiro momento os laços de sociabilidade e confiança se esgarçam e a suspeita é lançada contra todos sejam estranhos ou familiares. Com decurso do tempo os elos de sociabilidade começam a ser recompostos e a confiança restabelecida.

Para outros participantes da pesquisa, o nível de ruptura recai sobre a rede de sociabilidade sob a forma de total afastamento destes sujeitos do sistema de vizinhança e do território social de convivência ao qual se sentiam pertencentes e integrados, na medida em que o evento violento impõe “trocar de vida”, “reconquistar tudo de novo”<sup>24</sup>, incluindo a substituição das redes locais de sociabilidade.

### 5.3 O DOMÍNIO DO MUNDO DO TRABALHO

O mundo do trabalho é outra esfera da vida cotidiana de pais e mães de vítimas diretas de violência sexual infanto-juvenil suscetível a rupturas e transformações em virtude da ocorrência do fato violento.

Na fase de revelação do episódio, que para os genitores é marcada pela proeminência do rompimento do *self*, o universo das relações laborais é diretamente afetado pelo senso de desorientação e pelo impacto emocional, apresentando-se

---

<sup>24</sup> Expressões utilizadas por E007.

como um cenário cujas desordens informam acerca do conjunto de transformações na vida. Para alguns dos entrevistados, o episódio violento contra criança ou adolescente da família acarretou a suspensão temporária das atividades de trabalho e, para outros, significou a interrupção dos vínculos trabalhistas.

Eu comuniquei a ela [a patroa] me deu vinte dias para eu ficar em casa e resolver as coisas. (E007)

Perdi meu emprego que eu tava trabalhano, perdi meu emprego, porque não conseguia fazer mais nada. Pegava o carro errado, pegava o ônibus ia pra qualquer lugar. Tudo que eu tinha que perder, eu perdi. Tudo! Perdi meu emprego. (E001)

Por outro lado, ao mesmo tempo em que a esfera do trabalho é afetada em termos negativos, também se constitui uma via alternativa de reconstrução da ordem da vida, na medida em que, em algumas circunstâncias, se mostra relevante como fonte de apoio e solidariedade ou como estratégia de superação do fato violento. Há entre os entrevistados situações nas quais foi no mundo do trabalho onde foram sinalizados os primeiros passos da reconfiguração da vida cotidiana, sobretudo no que diz respeito ao cuidado da vítima direta:

O meu patrão pegou e disse que tinha uma instituição, pegou o número e me deu, eu liguei pra aqui. (E001)

Os mecanismos de proteção adotados pelos pais e mães de vítimas após a tomada de conhecimento da violência infligida contra o filho ou filha, contraditoriamente, ressoam como transtornos no universo do trabalho, posto que implicam a presença física do(a) genitor(a) e disso decorrem atrasos, faltas e advertências no trabalho:

Eu faltei muito ao trabalho, perdi muito trabalho. Fui chamada atenção porque tinha dia que eu não queria sair de junto dele, eu ficava muito em casa. Não sei, tinha medo de sair. Porque quando desencadeou tudo foi muito difícil. (E012)

Assim, a reconfiguração da ordem cotidiana interconecta as outras esferas da vida ao mundo do trabalho e, para alguns entrevistados, significou um esforço no sentido de conciliação entre as atividades laborais e os cuidados com as crianças. Assim, há transformação profissional relativamente ao tipo de trabalho ao qual o indivíduo se filia, atribuindo preferência àquelas tarefas funcionais que, não obstante o caráter informal e a ausência de certos benefícios trabalhistas, permitem uma margem de flexibilidade de horários e, desse modo, possibilitam a compatibilização entre as funções de provimento econômico da sobrevivência e a dispensa de cuidados à criança.

Assim, eu comecei a trabalhar, mas... que eu voltei a trabalhar ...de levar ele pra escola, tudo comigo, não tinha mais confiança em ninguém, não tive condições de ter confiança em mais ninguém. Hoje em dia eu me viro, não tenho mais trabalho fixo, faço um salgado, congelamento, entendeu? Faço uma faxina. Mas, nunca trabalho fixo pra poder ter tempo de ficar com meu filho. Não acerto nada com ninguém no dia dele [terapia]. De manhã posso, à tarde não. (E001)

Desse modo, no âmbito da experiência da agressão sexual contra uma criança ou adolescente da família, os sujeitos empenham esforços físicos e emocionais também no que diz respeito à preservação das relações de trabalho, as quais se mostram fundamentais à manutenção econômica e financeira do grupo doméstico, muitas vezes reconfigurado pelo próprio episódio de violência. É importante ressaltar que, ao orçamento familiar, são acrescentadas novas despesas e custos decorrentes da violência (a exemplo dos gastos com os constantes deslocamentos no espaço da cidade). Isso torna os efeitos da violência ainda mais impactantes, sobretudo nos casos em que os sujeitos são acometidos por problemas de saúde, limitadores da capacidade laboral.

Diante do exposto neste capítulo, observou-se que a experiência de pais e mães de vítimas diretas de violência sexual infanto-juvenil foi sendo perpassada por rupturas e reconstruções que produziam consequências sociais tanto no plano individual das interações consigo próprio, quanto no campo das relações intersubjetivas no interior dos grupos de referência e sociabilidade, mormente a família, a vizinhança e o universo do trabalho.

## **6 VITIMIZAÇÃO POR VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL: DOR, SOFRIMENTO E EMOÇÃO COMO MARCAS DA EXPERIÊNCIA DE FAMILIARES**

Segundo Natoli (2002), a experiência constitui-se a cognição do acontecer enquanto fluxo do próprio acontecimento, ou seja, é o lugar em que se processam, em torno do evento crítico, as articulações e distinções entre seus aspectos físicos, psíquicos e morais. Além disso, o autor argumenta que a experiência, sobretudo a de dor, possibilita aos sujeitos novas formas de conhecimento que acrescentam aspectos inovadores à percepção de si mesmo e do mundo.

Por outro lado, cabe acrescentar que, no plano da experiência, a construção de sentidos acerca dos acontecimentos da vida é culturalmente informada e os sujeitos são mobilizados do ponto de vista do corpo, do *self* e da identidade (Coelho; Rezende, 2011) por meio de articulações simbólicas que interligam as dinâmicas micro-individuais e macrossociais.

Neste estudo, a análise das entrevistas aponta que a experiência dos sujeitos, decorrente da vitimização por violência sexual vivenciada pelos seus respectivos filhos ou filhas, está interconectada a processos sociais mais amplos e assume, no discurso êmico, a característica de intensa dor e sofrimento subjetivo que, por sua vez, alimenta e é alimentada pelas rupturas simbólicas e práticas (Becker, 1998) ensejadas pela incorporação do fato violento ao âmbito da vida cotidiana destas pessoas.

Destarte, neste capítulo buscar-se-á focalizar dois níveis inter-relacionados dessa experiência de dor e sofrimento que, a partir do exame das narrativas dos genitores de crianças e adolescentes vítimas de agressão sexual, podem ser considerados elementos transversais e norteadores dos processos de reconstrução do projeto existencial e de criação de um novo senso de continuidade a partir do episódio violento (ruptura) em família, quais sejam:

- 1) o “viver-saber” (Natoli, 2002), ou seja, uma gama de possibilidades de conhecimentos e de aprendizagem aberta pela própria experiência da dor, que se apresenta como um elemento crucial na reconstrução da existência e no restabelecimento do curso da vida (BECKER, 1998);

2) a mediação das emoções como recurso simbólico de comunicação da dor, de marcação de diferenças, de aproximação/distanciamento da transgressão moral e social representada pelo fato violento, de reafirmação das normas sociais violadas e de reordenação do mundo da vida.

Desse modo, no que se refere ao nível do “viver-saber”, segundo Natoli (2002), cada conhecimento é conteúdo da experiência, entretanto, a experiência da dor inaugura um modo de conhecimento que se mostra irreduzível às outras modalidades de percepção do mundo:

[...] pela marca da dor o mundo aparece ‘transformado’ na sua inteireza: neste sentido, a dor pertence ao gênero das experiências cruciais, visto que submete os sujeitos a uma tensão que, quando não produz destruição, certamente acresce percepção (NATOLI, 2002, p. 8, tradução nossa).

Nesta perspectiva, a experiência da dor produz uma nova forma de conhecimento, em que o caráter crucial da vivência não anula, ao contrário, aguça o próprio saber. Isto porque a experiência da dor dispõe em uma circularidade peculiar à experiência e ao conhecimento de modo a fazer surgir uma visão distinta e, por isso, um modo muito novo de considerar o mundo e de compreender o próprio acontecimento.

Nos casos específicos da experiência de vitimização indireta por violência sexual infanto-juvenil na família que são objeto de análise neste estudo, faz-se necessário destacar que, especialmente para os genitores, o viver-saber representa o contato doloroso com situações violadoras de normas sociais envolvendo vítimas e, na maioria dos episódios acessados pela pesquisa, também agressores aos quais os sujeitos estão vinculados por laços consanguíneos e/ou afetivos.

Além disso, esse viver-saber respectivo à experiência da violência significa a inclusão na vida destes sujeitos de “dados reveladores” que, concomitantemente, instauram o caos, no primeiro momento requerem e produzem um conjunto de conhecimentos os quais implicam aproximação/familiaridade com áreas jamais cogitadas antes da ocorrência do fato violento na família, bem como aguçam ou motivam transformações na percepção destas pessoas a respeito de si mesmas,

das relações intersubjetivas e das especificidades concernentes à dinâmica particular da agressão sexual (Figura 6).

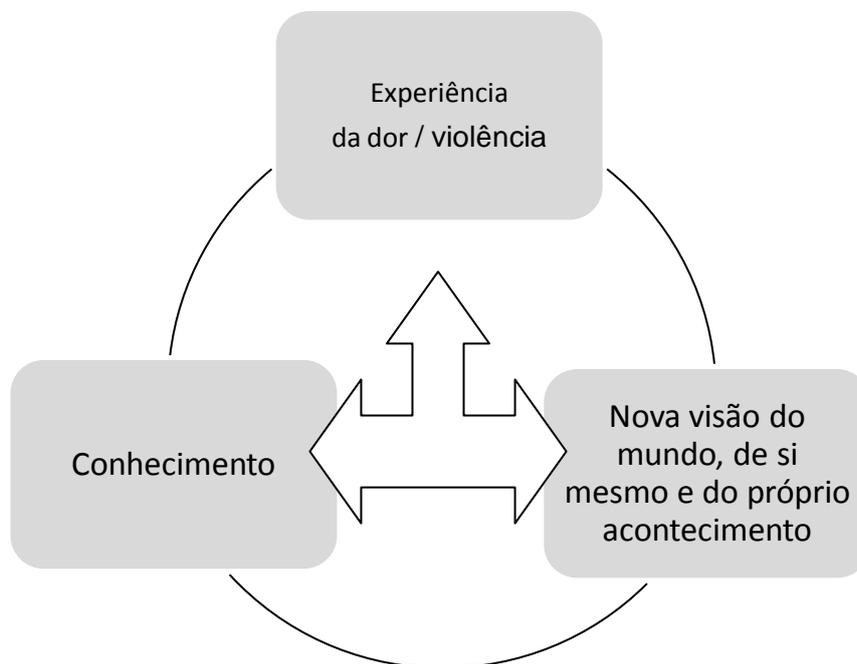


Figura 6 – Experiência da dor / violência e a constituição de novas visões de mundo

Desse modo, o sofrimento e a dor são vivenciados pelos participantes da pesquisa enquanto um acréscimo ao cotidiano: é hora de sofrer, continuar lutando para sobreviver e “correr atrás”, ou seja, conhecer as possibilidades, sobretudo institucionais que possam conduzir ao cuidado da vítima direta, à atenção a si mesmo e às providências relativas à responsabilização penal do agressor, aspectos estes constitutivos do projeto de reconstrução da vida .

Isso significa tanto se aproximar das lógicas de funcionamento da burocracia da violência quanto familiarizar-se com serviços terapêuticos especializados atinentes, por exemplo, à psicologia ou à psiquiatria, ou seja, implica conhecer, no momento mesmo da vivência da dor e do contato imperativo, as agências do sistema de justiça criminal, as instituições de atenção psicossocial e seus respectivos aparatos:

Jesus! Eu nunca fui em delegacia. Eu nunca fui em tal lugar assim, assim. O que é que eu vou fazer de minha vida? Então, o que eu tô

aprendo de coisa que eu nunca pensei na vida que ia aprender. (E008)

Eu não sabia nada. Só sabia que esse tipo de coisa vinha no Nina [Instituto Médico Legal]. Eu vim pra aqui e mandaram pra delegacia. De lá, mandaram pra aqui de novo. Nem sabia esses negócio... Delegacia. Fui pra delegacia, depois mandaram vim pra aqui de novo. (E013)

Nunca tinha passado por psicólogo nem eu nem ela. Mas, é a experiência da vida. (E011)

Ainda no âmbito deste processo da experiência dolorosa e dos desdobramentos relacionados ao viver-saber, para Natoli (2002), realiza-se o estabelecimento de um profundo traço de demarcação em torno daquele que sofre no sentido de que a dor produz delimitações. Ou seja, para o autor, o cerco do sofrimento se apresenta como experiência de limitação radical, posto que o sofrimento ressalta a própria individualidade do sujeito, bem como assinala a evidência de ele ser insubstituível.

No que diz respeito a este plano individual, o viver-saber desencadeado na vida dos informantes pela experiência violenta inclui o reconhecimento da circunscrição da dor sobre si mesmo, a percepção de reações físicas e psicológicas no próprio corpo, bem como a compreensão de que a experiência da violência concorreu para a conformação de um novo modo de ver e de se inserir no mundo e nas relações sociais:

Eu não tava na realidade, parece que aconteceu com outra pessoa e não comigo. Mas, aconteceu na minha família. A dor é muito dolorosa. Eu mudei em termo assim de amadurecimento também, porque eu passei a criar maldade nas pessoas, eu não tinha esse lado maldoso. (E013)

Mudou a minha visão pra algumas coisas, sabe? Eu acho até de certa forma que eu era ingênua, não tinha maldade neste sentido. Mudou também assim que eu não acreditava que uma pessoa tão próxima a mim fosse capaz de uma atrocidade. Eu criei um pouco mais de maldade que eu não tinha. (E003)

E, como para mim foi uma experiência de vida que eu aprendi muito a ser um pai, a ser um tudo na vida, uma mãe. Então, foi uma

experiência que eu ganhei na vida que muitos homem não sabe dar valor. E cada dia que passa é eu ganhando mais experiência. (E014)

Como ilustram os excertos dos discursos dos entrevistados, o viver-saber gerado pela experiência da violência nos corpos e mentes de seus/suas filhos/filhas possui uma dimensão pedagógica que recai sobre concepções anteriores, as reconfiguram e as inserem em novas redes de sentidos. Nestes termos, adentra ao mundo da vida destes indivíduos certa perspicácia e vigilância anteriormente não ativada, assim como um tipo de percepção que relativiza, no próprio círculo de suas relações intersubjetivas, a naturalização do cuidado e da proteção dirigida aos imaturos.

Além disso, ao mesmo tempo, o novo conhecimento desconstrói determinadas certezas relacionadas à (im) possibilidade de violação de normas sociais no âmbito do arranjo familiar. Assim, a vitimização direta por violência sexual infanto-juvenil sofrida por um membro da família significou, para estas pessoas, incorporar às suas respectivas existências níveis de proximidade com um evento que antes “se passava na televisão”<sup>25</sup>. Ou seja, se apresentava a uma distância considerável do mundo ordinário e, de certo modo, não era passível de ter sua ocorrência cogitada no campo mais íntimo das próprias relações pessoais, porque simbolicamente atrelado a representações que delimitam o seu pertencimento ao universo da rua (DaMatta, 1985) e do outro distante.

Neste sentido, para os participantes da pesquisa, o viver-saber compreende o conhecimento revelador do episódio da violência sexual tanto em suas faces mais genéricas quanto nas suas traduções mais específicas e concretas de um caso em particular. Dentro desta perspectiva, os sujeitos acessam e, de alguma forma, apropriam-se de aspectos mais universais atinentes à temática da agressão sexual tais como as noções tocantes às desordens comportamentais e às consequências psicológicas do evento para a vítima direta.

Ao mesmo tempo, é como se esse viver-saber viabilizasse aos entrevistados, no (e pelo) âmbito do episódio violento que lhes dizem respeito, a montagem de um

---

<sup>25</sup> Expressão utilizada no discurso por E011.

complexo quebra-cabeça cuja feição de peças embaralhadas, passíveis de combinação e constituição de um todo inteligível não era explícita, acessível ou dotada de indicações capazes de permitir tal interpretação em fase anterior à ocorrência traumática. Assim sendo, o evento tem a potencialidade de revelar ao sujeito elementos inusitados do micromundo em que ele está inserido ao mesmo tempo em que impõe a ele próprio a descoberta de si, através do saber forjado ou sem uso, isto é, desconhecido do sabedor.

É muito duro depois que você descobre. Aí você começa a encaixar uma coisa com a outra. (E007)

Depois que a gente vai juntando as letras. Depois que acontece a coisa e nós vai juntando o quebra-cabeça, nós vai coisando assim na cabeça. Tirar assim a conclusão que era isso, descobrimos a metade. (E011)

Então, eu nunca desconfiei. Uma vez eu disse “rapaz, por que toda vez que eu venho aqui o menino tá chorando?”. “Ah, eu não sei. Ele que chora mesmo”. Eu nunca desconfiei. Nunca passou pela minha cabeça que meu filho estava passando por isso. [...] todos os sinais estavam me mostrando que alguma coisa estava acontecendo, mas eu não... Não sei, não via, não conseguia enxergar. (E001)

Assim, aquilo que somente após a tomada de conhecimento do fato disruptivo é significado como pista ou “sinal” da ocorrência violenta, a exemplo de: irritações na genitália infantil ou no ânus, de choro frequente, de manifestações agressivas da criança/adolescente com relação à pessoa – a qual depois seria apontado como agressor sexual, comportamentos evasivos de um adulto do círculo familiar ou de amizade. Esse conjunto de observações práticas e minuciosas, antes da revelação, era diluído e associado a um leque de probabilidades plausíveis (e carregadas de sentido nas interações cotidianas), mas que não incluíam a agressão sexual. No máximo, faziam parte de um repertório variado de negligência dos cuidadores da criança quanto à higienização do corpo infantil, a problemas de saúde da criança ou seriam atribuídos a comportamentos típicos da transição da infância para a adolescência:

Fiz queixa e tudo. A escola intensificou o cuidado com a pomada a cada troca de fraldas – que ela ainda usava fraldas. E em casa eu também usei pomada de tratamento pra assadura. Melhorou um

pouco, mas vira e volta ela tava com a popoquinha bem irritada. E aí quando começou as coisas a virem à tona... (E003)

Ele se mijava, ele chorava. Fora que toda mão que ele defecava ele chorava de dor. Eu achava que era alergia ou ressecamento – que às vezes acontece. (E001)

Eu não desconfiei de nada. Eu achei ela um pouco violenta porque eu achava assim que ela tava crescendo e era rebeldia. Não desconfiei de absolutamente nada. (E007)

Nestas circunstâncias, é o viver-saber enquanto elemento constitutivo da experiência de dor decorrente do ato violento de natureza sexual, impetrada contra o filho ou a filha que permite, aos entrevistados, ressignificar a generalidade das informações, distingui-las do âmbito de pertencimento à ordem das situações triviais, reclassificá-las e inseri-las no rol dos eventos socialmente reconhecidos como causadores de sofrimento, atribuindo-lhes novos sentidos. Só aí o *puzzle* se completa.

Há, portanto, um processo de transformação no modo ver dos indivíduos a partir do qual elementos ordinariamente conformados ao dia-a-dia são revertidos, do ponto de vista simbólico, em realces de suspensão e ruptura do curso habitual da vida. Nesta trama do viver-saber, é importante ressaltar, são delineados para os sujeitos os contornos do episódio violento sofrido pelos seus filhos e são tornados explícitos caracteres tais como os personagens envolvidos, o cenário, o tipo de sevícia sexual e as estratégias utilizadas pelo agressor. A elucidação destes aspectos é, ao mesmo tempo, informativa da carga de violações sociais e morais encerradas pelo ato de violência sexual<sup>26</sup> – um elemento que se configura um relevante balizador da extensão e da intensidade do sofrimento subjetivo dos indivíduos, bem como orientador do grau das rupturas a serem por estes vivenciadas. Desse modo, o viver-saber apresenta-se como um ponto de interseção entre a experiência singular e a coletividade em que as fronteiras da dor e do

---

<sup>26</sup> Ressalta-se que, na pesquisa, a maior parte dos episódios de violência sexual infanto-juvenil relatada pelos informantes envolveu o apagamento de normas sociais como a proibição do incesto e a interdição sexual do corpo infantil.

sofrimento subjetivo são informadas e delimitadas por um léxico comum ao grupo social.

Além disso, nesta arena do “viver-saber”, que consiste em uma das facetas da experiência da dor, os sujeitos da pesquisa lançam mão do recurso emotivo como gramática possível de interpretação, comunicação e reconhecimento social do sofrimento subjetivo desencadeado pela agressão infligida a seus respectivos filhos.

A análise das narrativas evidencia que, na experiência dolorosa da vitimização por violência sexual, as emoções figuram como linguagem substitutiva de mecanismos discursivos e retóricos (Freire, 2011) e se constituem uma forma de expressão do mal-estar que, por sua vez, é indissociável dos modos de enquadramento social e de julgamento moral do episódio por estes sujeitos. Dentro desta perspectiva, são mobilizadas emoções e sentimentos morais que realizam um trabalho de demarcação simbólica da transgressão e de ratificação dos valores coletivos violados a partir do estabelecimento de elos entre os sentimentos, os afetos e as normas morais e sociais (COELHO; REZENDE, 2011).

Nos discursos dos entrevistados, é recorrente o referimento à vivência de emoções articuladas ao episódio violento de natureza sexual contra criança ou adolescente do próprio grupo familiar, com destaque para as seguintes (Figura 7):

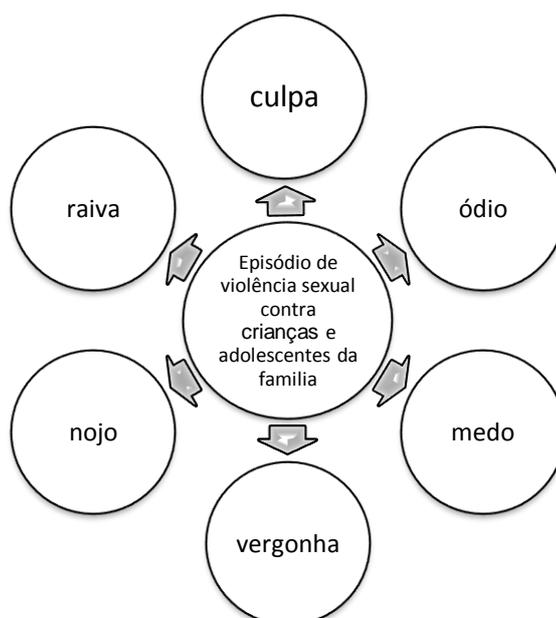


Figura 7 -- Emoções suscitadas nos sujeitos pela experiência de vitimização sexual de crianças e adolescentes da família.

Para Coelho e Rezende (2011), as emoções dialogam com a vida coletiva e os sentimentos são, a um só tempo, possibilitados e engendrados pelo lugar social do sujeito, além de concorrer para dramatizar ou transformar esse mesmo lugar. Essa perspectiva é compatível com aspectos encontrados no estudo aqui desenvolvido, pois os sujeitos pesquisados falam e sentem a partir de uma posição de sofrimento vinculado a experiência de violência de natureza sexual cujas vítimas e agressores pertencem ao campo próximo de suas interações intersubjetivas.

Na pesquisa, os sentimentos de culpa, vergonha, nojo, raiva, ódio e medo se apresentam como recurso simbólico que denota não somente uma condição/comunicação (para si e para os outros) de conflito interno dos sujeitos, mas, sobretudo uma possibilidade restauradora de valores e normas sociais transgredidas pelo acontecimento violento. Além disso, consistem em mecanismos de construção das rupturas, de redefinição de relações sociais e de reordenação do mundo da vida porque dotados de uma capacidade micropolítica de vinculação entre o particular e o geral (COELHO, 2010).

Nos depoimentos dos sujeitos, a experiência emocional relacionada à culpa, à vergonha, ao nojo, à raiva, ao ódio e ao medo consiste em uma das partes constitutivas da experiência da dor, decorrente da vitimização por violência. Neste plano intersubjetivo, os sujeitos articulam o fato violento de cunho sexual às concepções de moralidade, bem como lançam mão de mecanismos simbólicos classificatórios e hierárquicos enfatizadores das fronteiras distintivas entre si próprios, a transgressão e o transgressor.

Assim, não obstante o envolvimento na experiência de violência, há entre os informantes, de certo modo, um esforço no sentido de estabelecer simbolicamente as especificidades desta implicação, diferenciando-se do agressor e reafirmando os seus laços de pertença ao mundo da ordem. Este trabalho simbólico é viabilizado, mormente pela experiência emocional, como veremos a seguir com base no enfoque em algumas nuances relativas à vivência de determinadas emoções (culpa, vergonha, nojo, raiva, ódio e medo) no âmbito da experiência de sofrimento associado à vitimização por agressão sexual contra uma criança ou adolescente do grupo familiar.

## 6.1 CULPA OU FALHA DA PROTEÇÃO

Dentro desta perspectiva, a culpa é um dos sentimentos morais ativados pelos sujeitos da pesquisa e assume, sobretudo, entre as mulheres entrevistadas, certa centralidade no domínio emocional da experiência de vitimização por violência sexual.

As nuances da culpa são socialmente informadas em função dos papéis sociais de gênero, sobretudo no que diz respeito às expectativas em torno da figura feminina no desempenho do cuidado e das obrigações da maternidade:

Sempre achei que o que aconteceu com meu filho foi culpa minha, entendeu? Porque todos os sintomas, todos os sinais tinha, tava ao meu redor. Todo mundo via, menos eu. Sofri mais por isso, eu era pai e mãe o tempo todo e só pensava em trabalhar, trabalhar. Tinha que trabalhar para construir minha casa, pagar as despesas, sustentar ele. Minha vida só era trabalho. Eu não botei meu filho em primeiro lugar em nada, botei meu trabalho. Se eu fosse uma mãe... Isso aí faltou naquele passado [...] Me sinto constrangida... Fora as acusações das pessoas em dizer que você é irresponsável. Como é que uma coisa dessa aconteceu com seu filho e você demorou tanto para ver? (E001)

Não é fácil para uma mãe, é muito doloroso [...] Culpava a mim, porque saía de manhã para trabalhar e chegava de noite. Só quem é mãe e está passando por isso sabe o tamanho da sua dor (E002)

Então, o que aconteceu com meu filho, eu penso é culpa minha. Eu permiti que ele fosse morar com o pai. (EC012)

Assim, as narrativas fornecem pistas de que o sentimento de culpa constitui-se na experiência da vitimização por violência sexual infanto-juvenil uma zona de confluência entre o individual e o social, onde são reafirmadas noções e normas relativas aos papéis parentais a serem desempenhados pelas figuras masculinas e femininas.

Neste campo, também é objeto de julgamento moral o pertencimento da mulher ao mundo produtivo, sendo reforçadas as noções sociais que associam “trabalho feminino e desordem familiar” (SARTI, 2009, p.101), numa perspectiva de que a profissionalização da mulher acarreta aos filhos privação de cuidados maternos e maior vulnerabilidade a situações de risco.

No âmbito dessa experiência emocional do sentimento de culpa em torno da vitimização de um filho ou filha por ato violento de natureza sexual, as expectativas socioculturais em torno do desempenho pela mulher do papel de mãe atuam de forma mais intensa, sobretudo quando a vítima direta é criança. Isso porque também incidem valores relacionados ao sentimento de infância e à construção sócio-histórica em torno deste período da vida, envolvendo noções que traduzem a própria definição da condição social da criança na nossa cultura, a exemplo de inocência, fragilidade, imaturidade e incapacidade de discernimento. Assim, no imaginário coletivo, o ser criança reforça o lugar de vítima e, sobretudo em se tratando de agressão sexual, o lugar de vítima não culpável posto que incapaz de protagonizar comportamentos motivadores do ato violento.

Nestes termos, projeta-se socialmente uma suspeição em torno da conduta dos agentes de cuidado, sobretudo das mulheres, responsabilizando-os por contribuir para a ocorrência do episódio violento de natureza sexual porque negligentes na atenção aos filhos. Nos discursos analisados, este aspecto parece reforçar o sentimento de culpa, principalmente nas mulheres que, além de partilharem desta concepção, são moral e mais severamente julgadas no mundo público e privado por parentes, vizinhos e profissionais do sistema de justiça criminal como culpadas pelo sofrimento dos seus filhos porque incompetentes no papel de agentes de proteção.

## 6.2 VERGONHA OU FALTA DE CREDIBILIDADE

Nestas circunstâncias, associada ao sentimento de culpa, outra emoção descrita pelos interlocutores da pesquisa como constitutiva da experiência de vitimização por violência sexual infanto-juvenil na família é a vergonha. Coelho e Rezende (2011) assinalam que este é um sentimento moral conexo aos investimentos protagonizados pelos indivíduos em determinada autoimagem e ao ferimento da valorização da igualdade:

é a possibilidade de uma crítica ou repreensão, e não seu acontecimento de fato, que aciona a vergonha. Em função desse conflito interno, o indivíduo se reconhece como inferior e indefeso diante dos gestos dos outros. (REZENDE E COELHO, 2010, p.107)

Na pesquisa, nomeadamente para as mulheres, a vergonha é vivenciada com base em uma percepção (individual e social) de que falharam enquanto agentes de proteção, ou seja, não corresponderam adequadamente à expectativa social da maternidade e, mais ainda, de que não cumpriram com eficiência o seu papel de proteção e vigilância junto ao filho, sendo capaz de evitar a vitimização sexual ou, no mínimo, de interromper prontamente as sevícias reduzindo os danos e as consequências do ato sobre a criança.

Do exame dos discursos, depreende-se que a vergonha é sentida pelos sujeitos em interações microindividuais e macrossociais, nas esferas privada e pública que remontam ao episódio violento. Assim, é experimentada no contato com a criança ou adolescente; na relação com os outros membros da família e com vizinhos ou amigos; e na aproximação com o campo institucional onde o caso foi inserido.

Foi um constrangimento, vergonhoso. Eu achei uma vergonha, achei vergonhoso. (E004)

Eu escondi do meu esposo atual. Eu escondi do povo. Eu tinha vergonha. Eu não conseguia comentar o caso. (E013)

Assim, em todas estas situações, a vergonha sentida, além de dialogar com a própria natureza (sexual) do ato violento, está relacionada à possibilidade de afetação negativa da imagem social do sujeito como autoridade parental e, em certa medida, do seu grupo familiar como espaço de proteção.

Neste sentido, as narrativas evidenciam uma intensificação do sentimento moral da vergonha entre os entrevistados, sobretudo quando estes são cuidadores de crianças e adolescentes do sexo masculino vítimas de violência sexual. Isto porque são casos nos quais há uma incidência, na experiência singular, dos valores sociais relacionados aos papéis de gênero, sobretudo às prescrições sexuais vinculadas à construção da masculinidade e do ser homem em nossa sociedade .

### 6.3 NOJO OU FRONTEIRAS ENTRE O HUMANO E O ANIMALESCO

Ainda compondo este mosaico da experiência emocional, o nojo é uma das emoções relatadas nas declarações dos sujeitos como resultante do viver-saber concernente ao processo de vitimização por violência infanto-juvenil na família e, desse modo, como parte do processo de sofrimento. O nojo não só é sentido privadamente, mas, sobretudo tornado público e comunicado ao agressor:

Eu disse pra ele: Não me pegue! Não me pegue! Porque estou morrendo de nojo de você. (E008)

Foi o nojento de lá da minha rua. Um nojento, podre, que eu sinto nojo dele. Eu sinto nojo deles tudo. (E011)

Segundo Rezende e Coelho (2010), o nojo consiste em uma emoção delimitadora de *status*, capaz de circunscrever, quando do seu aparecimento, os limites simbólicos entre os iguais e os diferentes. Em se tratando da violência sexual infanto-juvenil, o nojo define a fronteira entre a monstruosidade/animalidade do agressor e a humanidade dos outros implicados no ato violento, estabelecendo uma zona simbólica de superioridade hierárquica destes últimos em relação aos primeiros.

Assim, no contexto da experiência da violência, o nojo aparece como “um ‘idioma’ para expressão de ‘julgamentos morais’” (Rezende e Coelho, 2010, p. 86) suscitados pela violação de normas relacionadas ao sistema de parentesco e à proibição do incesto, bem como pela não observância dos códigos de honra e das obrigações morais de proteção dos adultos relativamente aos mais jovens, sobretudo, quando a estes vinculados por laços consanguíneos, civis ou afetivos.

Desse modo, o nojo foi acionado pelos sujeitos do estudo como um indicador tanto do grau de censura quanto do nível de gravidade por eles atribuída à transgressão social/moral causada pelo evento violento. Destarte, o asco endereçado ao agressor sexual e aos seus atos demonstra a força e a relevância das regras sociais violadas, bem como as reafirma.

#### 6.4 RAIVA E ÓDIO COMO EXPRESSÕES DO DESEJO DE VINGANÇA

O ódio e a raiva também constituem o repertório da experiência emocional dos informantes vinculada ao processo de vitimização por violência sexual infanto-juvenil. De acordo com Rezende e Coelho (2010), o contexto produtor destes sentimentos caracteriza-se pela violação de normas e pela falta de consideração a determinados valores sociais. Assim, no plano da organização simbólica destes desvios, para as autoras, a raiva e ódio são acionados como mecanismos de discrepância moral e expressão de conflitos interpessoais que afetam diretamente aqueles que os sentem.

Na pesquisa, alguns discursos examinados relacionam o ódio e a raiva projetada sobre a situação e, sobretudo, sobre o autor da violência, à quebra das expectativas de confiança e de reciprocidade, bem como à sua monstruosidade ao desconsiderar o lugar da criança (da família) enquanto sujeito inviolável do ponto de vista sexual:

Todo mundo passou a ter ódio, a ter raiva. Senti muito ódio dele e até hoje tenho porque além de ser da família, como a gente considerava ele, ele fez uma traição imensa. Criança é uma coisa sagrada que a gente não pode fazer isso de jeito nenhum. (E013)

O ódio e a raiva, por conseguinte, aparecem de modo ambivalente nas narrativas dos entrevistados como expressões de autocontrole e formas alternativas ao sentimento de vingança e ao desejo de fazer justiça com as próprias mãos. Os sujeitos ponderam o recurso à medida extrema de castigar o agressor com base em um senso particular de justiça não apenas do ponto de vista prático das consequências penais do ato sobre a liberdade individual, mas a partir de parâmetros simbólicos que os igualariam aos transgressores. Essa equiparação se daria pela via criminal e, sobretudo, pelo caminho do descumprimento de obrigações morais relativas à criança ou adolescente afetado pela ocorrência violenta e ao próprio grupo de referência: cuidado, apoio, proteção e provimento material da existência.

## 6.5 MEDO OU POSSIBILIDADES DE CONTÁGIO DA VIOLÊNCIA

O medo compõe o quadro de emoções vivenciadas pelos informantes a partir da experiência de vitimização por violência infanto-juvenil ocorrida na família. Para Bauman (2008), o sentimento de medo que se funda em experiências anteriores de ameaça ou perigo direto (medo secundário) configura-se um fator relevante na modelagem do comportamento dos indivíduos ainda que uma ameaça direta à vida e à integridade não se apresente concretamente.

Na experiência dos entrevistados, o medo assume a feição de estratégia comunicativa e de enfrentamento de um perigo que impingiu nas suas vidas marcas sociais, físicas e psíquicas e, ao mesmo tempo, ainda figura como ameaça de transtorno e degradação. Nesta perspectiva, o sentir medo é associado por alguns informantes à permanência do agressor na vizinhança e às chances de encontro face a face deste com a vítima direta ou seus parentes. Ocasões estas que são representadas pelos sujeitos ofendidos, respectivamente, como possibilidade de revitimização infanto-juvenil e necessidade imperativa de autocontrole.

Eu vejo esse cidadão todo dia. Eu tenho medo de sair pra trabalhar. Esse cidadão tá solto. Assim, se eu ficar cara a cara... é difícil. (E010)

Eu fui firme, eu fui sempre firme. Porque é duro a senhora ver as duas pessoas que fez maldade com seu filho, às vezes passa na porta da sua casa olhando pra cara da gente fazendo xaveco, aí fica difícil. É ter pulso firme, doutora. É ter pulso firme. Eu espero que a justiça resolva. (E014)

Quando o agressor é parte do grupo familiar, tanto o conjunto de conflitualidades e rupturas encerradas pelo ato violento quanto a provável impunidade do autor da sevícia também são considerados fonte de medo porque isso pode significar o reate dos laços de convivência do transgressor com a criança ou adolescente, mediado pelo sistema de justiça, figurando para os entrevistados a iminência de revitimização da criança ou adolescente:

O que tá me preocupando é que o Ministério Público tá querendo arquivar o processo, porque eles estão alegando falta de provas. Eu estou rezando para que não peça o arquivamento, porque eu receio que ele volte a ter acesso a ela. Eu tenho muito medo que ele volte a ter acesso a ela, entendeu? Ele tá mostrando pra família que é aquele pai injustiçado e ele sabendo do arquivamento do processo,

ele vai querer com certeza ter acesso a ela. Eu não sei o que ele pode fazer com ela, descontar uma raiva ou de ameaçar ou de querer fazer de novo e ameaçar. A gente não sabe o que passa na cabeça desse tipo de gente, né? (E003)

Além de o medo estar relacionado a concepções de perigo e risco ameaçadoras do lugar da pessoa no mundo, de modo ambíguo, entre os participantes da pesquisa, este sentimento realiza um trabalho simbólico de restauração da autoimagem relacionada ao papel de cuidado e proteção do filho ou filha. Assim, essa percepção de que há uma ameaça potencial associada ao risco de a criança ou adolescente ser revitimizado mobiliza o genitor em torno de esforços e adoção de estratégias protetivas cotidianas. Assim, ao desempenhar tais atribuições ele ou ela se constitui protagonista do zelo e da proteção, a exemplo de não delegar a outras pessoas, inclusive próximas, tarefas e responsabilidades atinentes ao cuidado infanto-juvenil, tais como levar e buscar na escola.

O exposto neste capítulo evidencia que o processo de vitimização indireta por violência sexual infanto-juvenil reverbera na vida dos familiares produzindo experiências de dor, nas quais se destacam, como mecanismos mediadores das rupturas e do projeto de reordenação do curso da vida, o “viver-saber” e as emoções que, a um só tempo, também consistem em gramática possível de comunicação, interpretação e compartilhamento social do sofrimento dos genitores.

Neste sentido, é importante ressaltar que no campo da vitimização por violência, em nosso contexto, as experiências e os cenários de dor e sofrimento são comumente circunscritos ao universo das vítimas diretas e viabilizados por mecanismos sociais que possibilitam o sofrimento se tornar uma linguagem e se constituir um código comum partilhado (e partilhável) entre aquele que sofre e aquele que não sofre (NATOLI, 2002).

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na análise de narrativas produzidas em situação de entrevista, esta pesquisa abordou algumas das questões envolvidas nas experiências de genitores em torno da vitimização de um filho ou uma filha por eventos caracterizados como violência sexual.

O estudo aponta para o fato de a violência sexual contra crianças e adolescentes produzir consequências que extrapolam o domínio físico e psicológico das vítimas diretas e, desse modo, afetar consideravelmente a vida de outros membros da família, bem como o próprio tecido social.

Neste sentido, o fato violento produz rupturas e descontinuidades na vida de pais e mães de crianças e adolescentes sexualmente vitimizados, reverberando, sobretudo na esfera do cuidado de si e da saúde, no âmbito relacional das redes de sociabilidade (família e a vizinhança) e no campo das atividades profissionais.

São rupturas reconhecidas pelos sujeitos da pesquisa como impactos decorrentes da vitimização sexual sofrida por uma criança ou adolescente da família. A dor e o sofrimento constituem-se características marcantes das experiências destes sujeitos, no entanto, é importante destacar que esse sofrimento não é por eles tornado público pela gramática da vitimização, uma das possibilidades sociais de reconhecimento do sofrer na contemporaneidade. Neste sentido, paradoxalmente, o fato de serem vítimas ocultas (Soares, Miranda, Borges, 2006) cria obstáculos ao reconhecimento social destas pessoas enquanto portadoras de sofrimento legítimo.

Nestes termos, podemos inferir a vigência de mecanismos sociais e institucionais que vinculam sofrimento pessoal e vitimização e, ao mesmo tempo, concorrem para a centralidade da vítima direta e para a naturalização das repercussões do fato violento no seu entorno, seja sobre os parentes próximos, seja sobre as relações sociais, considerando círculos de sociabilidade mais amplos.

Além disso, o estudo evidenciou que as rupturas causadas pelo ato violento tendem a ser mais intensas quando o agressor sexual é um membro do grupo familiar da vítima direta e, sobretudo quando se configura um parente em linha de

ascendência materna. Nesta perspectiva, a violação da proibição do incesto e a quebra de laços de reciprocidade entre os cônjuges e no grupo familiar, que acolherá a vítima direta, figuram como componentes significativos da experiência de dor e sofrimento. Das observações de campo é possível afirmar que as mães que estavam nesta situação, convivendo com a filha vítima de incesto e acompanhado-a em sua trajetória de contatos com a rede profissional de assistência e proteção, demonstravam de modo cabal sua dor e desalento. Inclusive, a constatação do desgaste físico e emocional destas mães constitui um aspecto sensível do trabalho de campo para a própria pesquisadora.

Além de geradora de descontinuidades e rupturas, a experiência de vitimização por violência sexual é percebida pelos interlocutores como uma situação peculiar de conhecimento de si, do outro e do mundo, bem como de geração de demandas adicionais aos desafios cotidianos da vida e da sobrevivência.

De outro lado, torna-se uma arena complexa e ambivalente de confluência entre o social e o individual. Desse modo, o âmbito da vivência é perpassado pela presença ambígua do vigor e da violação de concepções/prescrições sociais relacionadas à infância, à sexualidade, às redes de reciprocidade, ao sistema de parentesco e suas obrigações morais correspondentes. Assim, na experiência de vitimização vivenciadas pelos sujeitos da pesquisa são ativados valores sociais como, por exemplo, os relativos aos papéis de gênero, sendo reforçadas expectativas morais que ratificam a centralidade da figura feminina no cuidado às crianças. Isto é particularmente verdadeiro porque nos casos de separação dos cônjuges, em função do incesto, a figura que acolherá a criança ou adolescente vitimizado, é a mãe, tornando-se a partir daí um elo imprescindível para que a vítima direta tenha acesso aos serviços de assistência à saúde e outros igualmente necessários. Em outras situações de vitimização, não necessariamente incestuosa, também encontramos em nosso estudo a figura paterna nesta condição de acompanhante e participante ativo do processo de tratamento e cura da vítima direta.

Há ainda um destaque para o papel das emoções na experiência intersubjetiva do sofrimento causado por violência sexual contra um filho ou uma

filha. As emoções também realizam o trabalho de vinculação entre a experiência subjetiva dos indivíduos e a realidade objetiva do contexto sociocultural e, por sua vez, constituem uma das facetas da dimensão simbólica do processo de reconstrução do curso da vida e da recomposição dos papéis parentais.

Outro dado relevante da pesquisa diz respeito à conexão realizada pelos sujeitos, em seus discursos, entre o processo de restabelecimento da ordem da vida e a responsabilização do agressor. Na perspectiva dos interlocutores, o fechamento subjetivo do “caso” está de algum modo atrelado à emissão pelo Estado de uma sentença condenatória do autor da sevícia sexual. Além disso, nos relatos há indícios de que o contato dos participantes com as agências do sistema de justiça criminal, por inúmeras razões, é um fator de mobilização ou potencialização de dor e sofrimento. Uma vez que em cada um dos contatos que fazem parte do processo burocrático-judicial, o evento traumático é retomado e revivido em falas, depoimentos e registros para e por um corpo de funcionários do Estado. Este largo processo por si só desperta sentimentos contraditórios, por vezes, pois impede que a memória seja neutralizada via mecanismos psíquicos e sociais complexos e necessários à retomada dos projetos existenciais.

Assim, diante do exposto, ao lançar luz sobre experiências de vitimização indireta e oculta dos genitores por violência sexual infanto-juvenil, a pesquisa fornece subsídios para ampliar a compreensão acerca das consequências e impactos deste tipo de violência não somente sobre os indivíduos, mas sobre as redes de sociabilidade mais próximas e distantes.

Concluindo, o estudo evidencia a incidência de fatores socioculturais relativamente à construção social da figura da vítima e da circunscrição cultural de processos de sofrimento intersubjetivo, mormente no que diz respeito às formas socialmente aceitas de comunicação e reconhecimento desse sofrimento na esfera pública. Parece haver, neste sentido, uma exigência social de que o sofrimento associado a fatos violentos que ultrapassam o universo individual da vítima direta perpassa por um processo de construção pública e legitimidade da vítima indireta através de mecanismos ambíguos que envolvem a medicalização e a judicialização do sofrer.

Nestes termos, não obstante as repercussões negativas e profundas em suas vidas, os sujeitos envolvidos em processos de vitimização indireta e oculta, ocasionada por violência sexual, vivenciam como parte constitutiva da experiência a invisibilidade pública da sua dor e sofrimento. Estes são aspectos relevantes indicados pela pesquisa e que, a nosso ver, exigiriam estudos longitudinais e com um número maior de casos acerca dos processos de vitimização por violência em nossa sociedade.

Com base nos resultados deste estudo e considerando a complexidade que envolve a problemática da vitimização indireta por violência sexual infanto-juvenil, apontamos as seguintes recomendações aos serviços de atenção psicossocial e jurídica a vítimas de violência, com vistas a aperfeiçoar o atendimento: a) desenvolvimento de mecanismos e de estímulos a práticas sociais que busquem reduzir a invisibilidade das vítimas indiretas, tornando as instituições da rede de atenção mais receptivas ao sofrimento dos familiares; b) criação de estratégias de supervisão e cuidado destinadas aos profissionais envolvidos na prestação de serviço psicossocial e jurídico a vítimas de violência; c) recurso a modelos de atendimento capazes de envolver os familiares em estratégias de prevenção à violência sexual infanto-juvenil e promoção da saúde.

## REFERÊNCIAS

ADED, Naura Liane de Oliveira. et. al. Abuso sexual em crianças e adolescentes: revisão de 100 anos de literatura. **Revista Psiquiatria Clínica**, São Paulo, v.33, n.4, p. 204-213, 2006. Disponível em: <  
<http://www.scielo.br/pdf/rpc/v33n4/a05v33n4.pdf>>. Acesso em: 18 jul.2009.

ARIÈS, Phillipe. **História social da criança e da família**. Editora LTC,1981.

AuCOIN,Kathy.;BEAUCHAMP,Diane. Impacts and consequence of victimization. **Statistic Canada**.Ottawa,Ontario,Canada,v.27,n.1.p.1-18, 2007.

AUGÈ, Marc. **Os domínios do parentesco**: filiação, aliança matrimonial, residência. Lisboa: Edições 70, 2003.

BECKER, Gay. **Disrupted lives**: how people create meaning in a chaotic world. California, USA: California University Press, 1998.

BAUMAN, Zigmunt. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação como cultura**. Campinas, SP: Mercado das letras, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Impacto da violência na saúde das crianças e adolescentes**: prevenção de violências e promoção da cultura de paz. Brasília, 2008a.16p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Temático prevenção de violências e promoção da cultura de paz II**. Brasília, 2008b.16p.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo, Editora 34/Edusp, 2000.

COELHO, Maria Claudia. Narrativas da violência: a dimensão micropolítica das emoções. **Mana**, São Paulo, v.16, n.2, p.265-285, 2010.

\_\_\_\_\_.; REZENDE, Claudia Barcelos. O campo da antropologia das emoções. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Cultura e sentimentos: ensaios de antropologia das emoções**. Rio de Janeiro: Contracapa: FAPERJ, 2011. p.7-27.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

COSTA, Fernando B. **Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social**. São Paulo: Globo, 2004.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DOMÍNGUEZ, Antonio C. Conceptos fundamentales de Victimologia. **Conceptos fundamentales de Victimología: reacciones psicopatológicas postraumáticas**> Madrid: FIV, [2010]. Disponível em:<[www.institutodevictimologia.com](http://www.institutodevictimologia.com)>. Acesso: 15 mar.2011.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. São Paulo, **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p.139-154, mar. 2002.

FINKELHOR, D. A developmental perspectives on the childhood impact of crime, abuse, and violent victimization. In: CICCHETTI, D.; TOTH, L. **Developmental perspectives trauma: theory, research and intervention**. New York: University of Rochester Press, 1997. p.1-32.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 1985.v.3.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 2009.

FREIRE, Jussara. Quando as emoções dão forma às reivindicações. In: COELHO, Maria Claudia.; REZENDE, Claudia Barcelos. **Cultura e sentimentos**: ensaios de antropologia das emoções. Rio de Janeiro: Contracapa: FAPERJ, 2011. p.169-195.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, G. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.p.64-89.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

\_\_\_\_\_. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de S. (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.p.67-80.

GONÇALVES, Hebe Signorini. **Infância e violência no Brasil**. Rio de Janeiro: Nau Editora: FAPERJ, 2003.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, G. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.p.90-113.

KAMIMURA, Akemi. **A efetivação dos direitos humanos: o desafio do direito no atendimento interdisciplinar a vítimas de violência**. 2009. 191f. Dissertação (Mestrado em Direito) Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-02122009-091813/fr.php>> Acesso: 29 mar.2011.

LANDINI, T. **Horror, honra e direitos: violência sexual contra crianças e adolescentes no século XX**.2005.285 f.Tese (Doutorado em Sociologia) -Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo,2005. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-11012006-194947/>>. Acesso: 24 set.2009.

LANIADO, Ruthy Nadia. Troca e reciprocidade no campo da cultura política. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 16, n.1-2, p.222-244, jun./dez. 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922001000100010&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922001000100010&script=sci_arttext)>. Acesso em: 19 fev. 2011.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**.Petrópolis: Vozes, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de S. A violência social sob a perspectiva da saúde pública.In: **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro,v.10,1994,p.146-155.

\_\_\_\_\_. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Editora HUCITEC, 2007.

NATOLI, Salvatore. **L'esperienza del dolore: le forme del partire nella cultura occidentale**. Milano: Feltrinelli, 2002.

ODRIZOLAY, Enrique Echeburúa; GUERRICAECHEVARRÍA, Cristina. Especial consideración de algunos âmbito de victimización. In: BALDOMERO, Enrique Baca.; ODRIZOLAY, Enrique Echeburúa; SUMALLA, Josep M. Tamarit. (Coord.). **Manual de Victimología**. Valencia: Tirant lo Blanch, 2006. p.129-206.

PEREIRA, Tânia da Silva. **Direito da Criança e do adolescente**: uma proposta interdisciplinar. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

REZENDE, Claudia Barcelos.; COELHO, Maria Claudia. **Antropologia das emoções**. Rio de Janeiro: FGV, 2010. (Série Sociedade e Cultura, n.12)

RIESSMAN, Catherine Kohler. **Narrative analysis**. California: Sage Publications, 1993. (Qualitative Research Methods Series, v.30)

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo; Cortez, 2009.

SCHILLING, Flávia. Cidadão, cidadã: o direito à vida. In: \_\_\_\_\_.; OLIVEIRA, Isaura de Mello C.; PAVEZ, Graziela A. (Org.). **Reflexões sobre justiça e violência**: o atendimento a familiares de vítimas de crimes fatais. São Paulo: Imprensa Oficial, 2002. p.5-12.

SCHMIDT, M. L. S. Aspectos éticos nas pesquisas qualitativas. In: GUERRIERO, I. C. Z.; SCHMIDT, M. L. S.; ZICKER, F. (Org.). **Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008. p.47-52.

SOARES, Gláucio.; MIRANDA, Dayse.; BORGES, Doriam. **As vítimas ocultas da violência na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

VIGARELLO, Georges. **História do estupro**: violência sexual nos séculos XVI-XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

ZEDNER, Lucia. Victims. In: MAJNIRE, M.; MORGAN, R.; REINER, R. (Ed.). **The Oxford Handbook of Criminology**. Oxford: Clarendon Press, 1994.p.577-612.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A – Roteiro para entrevista com familiares de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual em Salvador-Ba



Universidade Federal da Bahia  
 Instituto de Saúde Coletiva  
 Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva / Mestrado em Saúde Comunitária  
 Projeto de Pesquisa: "Violência sexual contra crianças e adolescentes: um olhar sobre as experiências de vitimização indireta dos familiares"  
 Aluna: Andrija Almeida / Orientadora: Profa. Dra. Ceci Vilar Noronha

### ROTEIRO DE ENTREVISTA

(Familiares de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual)

#### I. INFORMAÇÕES GERAIS DA ENTREVISTA

Local:

Data:

Hora do início:                      Hora do término:

Local e data da transcrição:

Responsável pela transcrição: Andrija Almeida

Responsável pela revisão: Andrija Almeida

Entrevistadora: Andrija Almeida

Entrevistado (a):

Tipo de entrevista: Entrevista Narrativa

Códigos → TI (Trecho Incompreensível)

→ PI (Palavra Incompreensível)

→ A (Andrija)

#### II. IDENTIFICAÇÃO DO (A) ENTREVISTADO (A)

Código do Entrevistado (a):

Idade:

Sexo:

Raça/etnia:

Estado civil:

Escolaridade:

Ocupação:

Bairro onde reside:

Relação de parentesco com a vítima direta:

Relação de parentesco com o agressor:

#### III. TÓPICO GUIA

##### Momento I:

Você poderia me contar a sua história e sua experiência a partir do momento em que teve conhecimento da violência sexual sofrida pela criança/adolescente do seu convívio?

##### Momento II:

Como era sua vida antes deste fato violento?

##### Momento III:

E como ficou depois do fato?

**APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Universidade Federal da Bahia  
 Instituto de Saúde Coletiva  
 Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva / Mestrado em Saúde Comunitária  
 Projeto de Pesquisa: "Violência sexual contra crianças e adolescentes: um olhar sobre as experiências de vitimização indireta dos familiares"  
 Responsável: Andrija Almeida / Orientadora: Profa. Dra. Ceci Vilar Noronha

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

O (A) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar do projeto de pesquisa "Violência sexual contra crianças e adolescentes: um olhar sobre as experiências de vitimização indireta dos familiares", a ser desenvolvido por Andrija Oliveira Almeida, aluna do Mestrado em Saúde Comunitária-ISC/UFBA, Matrícula nº 210115732, sob orientação da Profa. Dra. Ceci Vilar Noronha.

O objetivo do estudo é compreender os significados que familiares próximos de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual em Salvador atribuem à experiência e aos efeitos da vitimização em suas vidas, o que poderá fornecer subsídios ao aprimoramento de serviços de atenção a pessoas vitimizadas por violência sexual na capital baiana.

A sua participação é voluntária, cabendo apenas ao (a) Senhor (a) decidir sobre fazer parte ou não do estudo. Se desejar participar, a sua colaboração refere-se a conceder entrevista no dia, hora e local combinados em comum acordo com a pesquisadora. Se optar por participar, mas mudar de idéia durante a pesquisa, poderá interromper a qualquer momento sem se desculpar e sem que isso afete a sua relação com os integrantes da pesquisa.

Para fins exclusivamente científicos, a entrevista será gravada e armazenada sob responsabilidade da pesquisadora. Contudo, o seu anonimato será mantido sob quaisquer condições, bem como sua identidade e privacidade. Os resultados da pesquisa serão utilizados em fóruns científicos e futuras publicações, preservando-se as garantias individuais dos sujeitos da pesquisa. Caso sinta necessidade de outras informações ou esclarecimentos, contatar com Andrija Oliveira Almeida ou Ceci Vilar Noronha pelos telefones (71)91428158 ou (71)3283-7390.

Eu, \_\_\_\_\_, declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, no projeto de pesquisa acima descrito.

Salvador, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
 Assinatura / Sujeito da Pesquisa

\_\_\_\_\_  
 Assinatura/Pesquisadora

**APÊNDICE C – Carta de apresentação da pesquisadora ao CEDECA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA  
LABORATÓRIO DE ESTUDOS EM VIOLÊNCIA, SAÚDE E SOCIEDADE



---

Rua Basílio da Gama, s/n - Campus Universitário Canela  
CEP: 40.110-040- Salvador – Bahia / Tel. (71)3283-7390

Salvador, 31 de janeiro de 2011.

Ilmo. Senhor  
Dr. Waldemar Oliveira  
Coordenador Executivo do CEDECA-BA

Como parte das atividades acadêmicas do curso de Mestrado em Saúde Comunitária - PPGSC/UFBA, área de concentração em Ciências Sociais e Saúde, durante o ano de 2011, estaremos desenvolvendo o projeto de pesquisa intitulado “Violência sexual contra crianças e adolescentes: um olhar sobre as experiências de vitimização indireta dos familiares”, sob orientação da Profa. Dra. Ceci Vilar Noronha.

Considerando que este trabalho poderá trazer contribuições relevantes no que diz respeito à compreensão dos processos de vitimização indireta por violência sexual de crianças e adolescentes, solicitamos a Vossa Senhoria a colaboração e a participação do CEDECA-BA na pesquisa, a fim de que seja permitido o meu contato com profissionais e com famílias atendidas pela instituição para o desenvolvimento do trabalho de campo. Neste sentido, ressaltamos a observância dos preceitos éticos a serem considerados em todas as fases da pesquisa, sendo assegurados os direitos dos sujeitos à intimidade, à confidencialidade e ao sigilo.

Em tempo, colocando-nos à disposição de Vossa Senhoria para quaisquer informações que se fizerem necessárias, dispensamos os nossos agradecimentos.

Atenciosamente,

Andrija Oliveira Almeida  
Mestranda PPGSC/UFBA/ (Mat. 210115732)  
E-mail: [andrija@ig.com.br](mailto:andrija@ig.com.br) /Tel. (71)9142-8158

Profa. Dra. Ceci Vilar Noronha  
PPGSC/UFBA- Orientadora  
E-mail: [ceci@ufba.br](mailto:ceci@ufba.br)

**APÊNDICE D – Carta de apresentação da pesquisadora ao Serviço VIVER**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
 INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA  
 LABORATÓRIO DE ESTUDOS EM VIOLÊNCIA, SAÚDE E SOCIEDADE




---

Rua Basílio da Gama, s/n - Campus Universitário Canela  
 CEP: 40.110-040- Salvador – Bahia / Tel. (71)3283-7390

Salvador, 17 de junho de 2011.

Ilma. Senhora  
 Débora Cohim  
 Coordenadora do Serviço de Atenção a Pessoas em Situação de Violência Sexual –  
 Salvador/Ba

Como parte das atividades acadêmicas do curso de Mestrado em Saúde Comunitária - PPGSC/UFBA, área de concentração em Ciências Sociais e Saúde, durante o ano de 2011, desenvolveremos o projeto de pesquisa intitulado “Violência sexual contra crianças e adolescentes: um olhar sobre as experiências de vitimização indireta dos familiares”, sob orientação da Profa. Dra. Ceci Vilar Noronha.

Considerando que este trabalho poderá trazer contribuições relevantes no que diz respeito à compreensão dos processos de vitimização indireta por violência sexual de crianças e adolescentes, solicitamos a Vossa Senhoria a colaboração e a participação do SERVIÇO VIVER-BA na pesquisa, a fim de que seja permitido o meu contato com profissionais e com famílias atendidas pela instituição para o desenvolvimento do trabalho de campo. Neste sentido, ressaltamos a observância dos preceitos éticos a serem considerados em todas as fases da pesquisa, sendo assegurados os direitos dos sujeitos à intimidade, à confidencialidade e ao sigilo.

Em tempo, colocando-nos à disposição de Vossa Senhoria para quaisquer informações que se fizerem necessárias, dispensamos os nossos agradecimentos.

Atenciosamente,

Andrija Oliveira Almeida  
 Mestranda PPGSC/UFBA/ (Mat. 210115732)  
 E-mail: [andrija@ig.com.br](mailto:andrija@ig.com.br) /Tel. (71)9142-8158

Profa. Dra. Ceci Vilar Noronha  
 PPGSC/UFBA- Orientadora  
 E-mail: [ceci@ufba.br](mailto:ceci@ufba.br)

## **ANEXOS**

**ANEXO A- Parecer de aprovação do projeto emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa / CEP-ISC**



Universidade Federal da Bahia  
Instituto de Saúde Coletiva  
**COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

**PARECER Nº 014-11 / CEP-ISC**

**Registro CEP:** 012-11/CEP-ISC

**Projeto de Pesquisa:** "Violência sexual contra crianças e adolescentes: um olhar sobre as experiências de vitimização indireta dos familiares."

**Pesquisador Responsável:** Andrija Oliveira Almeida

**Área Temática:** Grupo III

Os Membros do Comitê de Ética em Pesquisa, do Instituto de Saúde Coletiva/Universidade Federal da Bahia, reunidos em sessão ordinária no dia 31 de maio de 2011, e com base em Parecer Consubstanciado, resolveu pela sua aprovação.

**Situação:** APROVADO

Salvador, 01 de junho de 2011.

  
Maria da Conceição Nascimento Costa  
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa  
Instituto de Saúde Coletiva  
Universidade Federal da Bahia

## Comitê de Ética em Pesquisa

### Parecer Consubstanciado

#### I – Identificação

- **Título do projeto:** Violência sexual contra crianças e adolescentes: um olhar sobre as experiências de vitimização indireta dos familiares.
- **Pesquisador responsável:** Andrija Oliveira Almeida
- **Orientador:** Profa. Dra. Ceci Vilar Noronha
- **Instituição onde se realiza:** Universidade Federal da Bahia/Instituto de Saúde Coletiva
- **Data da apresentação ao CEP:** 16/05/2011
- **Área temática:** Vitimização direta, vitimização indireta, violência sexual, infância e adolescência, cuidado à saúde.

#### II – Objetivo

- **Geral:** Compreender os significados que familiares próximos de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual em Salvador atribuem à experiência e aos efeitos da vitimização em suas vidas.

#### III – Sumário do projeto

O estudo de natureza qualitativa de pesquisa tem como objetivo compreender aspectos do universo de significados que envolvem o processo e a experiência de vitimização indireta de familiares e adolescentes acometidos por violência sexual.

- **Descrição e caracterização da amostra:** os informantes da pesquisa são familiares de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual em Salvador, usuários de dois serviços especializados de atenção a pessoas em situação de violência sexual: CEDECA e VIVER.
- **Adequação da metodologia (desenho do estudo: população e área de estudo, fonte, tipo e coleta de dados):** serão realizadas entrevistas com roteiro semi estruturado ou esquema de entrevista narrativa. Serão observados aspectos relativos às percepções sobre vitimização indireta e suas conseqüências sociais, bem como acerca das concepções relativas às estratégias de enfrentamento do problema. Os instrumentos metodológicos serão testados e ajustados durante o trabalho. As entrevistas serão gravadas com consentimento dos interlocutores
- **Considerações éticas:** o pesquisador utilizará entrevistas coadunando-se com a Resolução 196/1996 do Conselho Nacional de Saúde.

Tratando-se de “tema sensível” que poderá, potencialmente, desencadear mobilização emocional nos participantes, estes serão informados e orientados quanto aos recursos comunitários de atendimento psicossocial disponíveis na capital baiana, além de contarem com psicólogos e assistentes sociais nos quadros funcionais das instituições onde a pesquisa será desenvolvida.

As instituições envolvidas receberão carta de apresentação do pesquisador juntamente com o pedido de anuência do desenvolvimento do estudo, anexando-se o projeto de pesquisa.

#### **IV – Comentários do relator**

O protocolo de pesquisa apresenta todos os itens necessários à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa: folha de rosto descrição da pesquisa, informações relativas aos sujeitos da pesquisa, termo de anuência institucional e curriculum vitae do pesquisador responsável. Não existe indicação de que os procedimentos do estudo ofereçam riscos para os participantes.

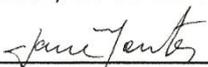
O TCLE está bem construído, utilizando linguagem acessível, objetivo da pesquisa, procedimentos que serão utilizados, garantia de esclarecimento e de sigilo dos dados pessoais e das pessoas citadas pelo informante.

**Informação adequada ao planejamento:** será desenvolvido com recursos próprios.

#### **V – Parecer**

Com base na avaliação central da pesquisa que atende plenamente os requisitos da resolução 196/96 e orientações do CONEP, em vigor para estudos com seres humanos, sou de parecer favorável a aprovação do presente objeto.

Salvador, 26 de maio de 2011.

  
Jane Crésus Montes